

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ASSISTENCIA SOCIAL: DIREITO OU FAVOR?
AS PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DO KM 7 DO MUNÍCIPIO
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Aline de Jesus
Gislaine Aparecida Silva
Katuscia Cristina Pereira
Rúbia Fernanda da M. Valentim

Presidente Prudente/SP
2004

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ASSISTENCIA SOCIAL: DIREITO OU FAVOR?
AS PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DO KM 7 DO MUNÍCIPIO
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Aline de Jesus
Gislaine Aparecida Silva
Kátiuscia Cristina Pereira
Rúbia Fernanda da M. Valentim

Monografia apresentada como requisito parcial
de Conclusão de Curso para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social, sob
orientação da Prof^a. Luci Martins Barbatto
Volpato

Presidente Prudente/SP

2004

ASSISTENCIA SOCIAL: DIREITO OU FAVOR?

**AS PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DO KM 7 DO MUNÍCIPIO
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do Grau de
Bacharel em Serviço Social

Prof^a. Luci Martins Barbatto Volpato

Maria José Ogeda da Silva

Prof^a. Márcia Heloísa de Oliveira

Presidente Prudente, (02/12/2004)

A maior descoberta de minha geração é
que o ser humano pode mudar sua vida alterando
seu modo de pensar.

William James

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus que me ensinou a sonhar e gerou em mim o desejo pela realização deste sonho. Aos meus pais, por toda dedicação, aos meus irmãos pelo companheirismo, as minhas amigas, Gislaine, Katiúscia e Rúbia por toda dedicação, amizade, esforço e em especial a minha amiga Lucília, que me despertou para a busca deste projeto, que hoje se torna realidade.

Aline de Jesus

Agradeço a Deus por mais esta vitória que me concede e pela capacidade que me para que este trabalho fosse feito.

Agradeço aos meus pais Neide e Wilson que com amor e carinho me incentivaram nesta etapa da minha vida. Aos meus irmãos Ariane e Lion que foram muito pacientes nestes últimos meses. As minhas amigas Aline, Katiúscia, Rúbia e que com dedicação realizamos este sonho.

Gislaine Aparecida da Silva

Agradeço a Deus que tem me feito viver em vitória todos os dias da minha vida. Pelas pessoas que ele colocou em minha vida para me ajudar a conquistar meus sonhos, que são minhas amigas, Aline, Gislaine e Rúbia, minha família, em especial minha querida avó Josefa e todas as outras pessoas as quais não citei os nomes, mas que também amo da mesma forma. Sou feliz por ter um Deus que cuida de mim e me proporciona a realização de mais este sonho.

Katiúscia Cristina Pereira

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter ingressado e concluído a faculdade, pelas bênçãos derramadas durante esses quatro anos, pelas amigas Aline, Gislaine e Katiúscia que conheci e aprendi a amar, e agradeço a minha família que mesmo com as dificuldades me apoiou.

Rúbia Fernanda da M. Valentim

Agradecemos também a orientadora pelo apoio e contribuição em todo processo de elaboração deste trabalho.

O Grupo.

RESUMO

Neste trabalho as autoras discutem a percepção que o usuário do Centro de Educação para a Cidadania do Jardim Morado do Sol situado no município de Presidente Prudente, tem acerca da Assistência Social como direito ou como favor e benevolência.

Procurou-se compreender os fatores que determinaram a configuração da Proteção Social no Brasil e a forma como o “assistencial” se efetivou no enfrentamento à questão social. Compreender as mudanças que se operaram em torno deste caráter, nos levou a reflexão da pobreza como desfiliação, desqualificação social e a subalternidade como categorias que permite-nos compreender a visão do usuário, ou seja, a sua percepção das ações de assistência social.

Utilizou-se como metodologia, a pesquisa de campo que teve como instrumento a entrevista mista (com perguntas abertas e fechadas) e abordagem qualitativa.

A partir da análise e interpretação de dados, constatamos que a Assistência Social apesar de sua legitimação como direito social na Constituição Federal de 1988 e da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, do reconhecimento da cidadania, não conseguiu superar a lógica do favor, da subalternidade que historicamente a caracterizou, pois ainda permeia na percepção do usuário e na relação com os serviços esta compreensão assistencial.

Palavras-chave: Assistência Social. Pobreza. Subalternidade. Desfiliação. Desqualificação social. Direito social.

ABSTRACT

In this job the authors discuss about the perception that the user of Center of Education for a Citizenship of Jardim Morada do Sol that is placed in the city of Presidente Prudente, has about the Social Assistance as law or as favor and benevolence.

Tried to understand the factors that determinate the configuration of Social Protection in Brazil and the way the “assistant” was put into effect in relation to the social question. To understand the changes that are operated around this character, took us to a reflexion of poverty as non-filiation, social non-qualification and the non-commissionitive as categories that allow us to comprehend the vision of the user, in other words, his perception of social assistance actions.

Used as methodology the field search that had as instrument a mixed interview (with opened and closed questions) and qualitative approximation.

Through analysis and data comprehension, we concluded that even though the Social Assistance is legitimated as a social law in the Federal Constitution of 1.988 and in the Social Assistance Organic Law of 1.993, the citizenship recognition, didn't overcome the favor logic, the non-commissionitive that the history has characterized it, because still penetrates in the user conception and in the relation with the services this assistencial comprehension.

Keywords: Social Assistance – poverty – non-commissionitive – non-filiation – social non-qualification – social law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 DAS ORIGENS À CONTEMPORANEIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	10
1.1 A esmola – a forma primitiva de proteção.....	11
1.1.1 No Brasil colônia (1560-1822).....	11
1.1.2 No Brasil império (1822-1889).....	13
1.2 A filantropia disciplinada x o seguro social.....	16
1.2.1 Na república velha (1889-1930).....	17
1.2.2 No estado novo (1930-1945).....	20
1.3 A regulamentação e a institucionalização da proteção social.....	24
1.3.1 No pós – guerra (1945- 1964).....	24
1.3.2 Na ditadura militar (1964-1984).....	20
1.3.3 Na nova república – definição de novos princípios	35
1.3.4 Ajustamento conservador – desmonte das políticas sociais e a constituição da política social de perfil neoliberal.....	39
2 COMPREENDENDO A POBREZA E SUA RELAÇÃO COM O ASSISTENCIAL.....	43
2.1 Desfiliação e desqualificação social.....	43
2.2 Subalternidade como produto das relações sociais desiguais.....	48
3 CONSTRUINDO O PERFIL DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA DO JARDIM MORADA DO SOL DO MUNÍCIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	58
3.1 O olhar dos usuários do centro de educação para cidadania do jardim morada do sol: a conformação da desqualificação social e desfiliação.....	73
3.2 A subalternidade como face da pobreza.....	77

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

INTRODUÇÃO

O interesse em realizar o presente estudo, é fruto das indagações que surgiram quando iniciamos a introdução ao estudo da política de assistência social, a respeito de sua legitimidade enquanto direito social.

Tradicionalmente a assistência social foi tratada no Brasil na lógica do favor, da caridade, da benesse e somente através da Constituição Federal de 1988 é reconhecida como direito social, regulamentado através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei 8.742, 07 de Dezembro de 1993.

Segundo Yazbek (1993), a assistência social constituiu-se assim, no conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta junto às classes subalternizadas, com o sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial neste sentido, campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo, obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado. É, portanto sob o ângulo de interesses diversos que a questão da assistência se apresenta, manifestando-se com estratégia de dupla face em que: o assistencial como mecanismo de estabilização das relações sociais é ação estatal como se materializando no acesso a recursos, serviços e, seguindo, a um espaço de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania social, é em contrapartida o que buscam os excluídos e subalternizados.

Nesta perspectiva, temos como objetivo compreender a visão do usuário acerca da assistência social, ou seja, saber qual o significado para sua vida, segundo Lefebvre (1983). como um momento do conhecimento, mediação entre o sensível e as abstrações verdadeiras.

A partir dessas considerações, formulamos a seguinte hipótese: devido a forma conservadora em que a assistência foi desenvolvida na sociedade brasileira e que ainda permeiam os espaços institucionais, os usuários não têm consciência de sua condição de sujeito portador de direitos sociais, pois os mesmos, recebem os benefícios da assistência social como benemerência e não como dever do Estado para com eles, se colocam em uma relação de subalternidade.

A pesquisa foi realizada com 30 (trinta) usuários da assistência social do Jardim Morada do Sol, popularmente conhecido como KM 7, selecionamos os entrevistados de forma aleatória, a partir do prontuário do Núcleo de Educação e Desenvolvimento da Cidadania, número correspondente a 20% dentre o total de usuários. Sendo que não foi possível realizar a entrevista com 2 (dois), usuários em função de dificuldades para encontrá-los no local em que residem.

A pesquisa desenvolvida se configura como uma pesquisa de caráter qualitativo, que nos permite conhecer de forma específica a realidade e a percepção dos usuários, utilizando como instrumento a entrevista mista (composta de perguntas fechadas e abertas).

Para preservar a identidade dos entrevistados estaremos identificando-os como : E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20, E21, E22, E23, E24, E25, E26, E27, E28.

O presente estudo que os apresentamos está organizado em 3 capítulos:

No capítulo 1, abordamos a construção da Proteção Social no Brasil, que ao longo da história se desenvolveu dentro de uma visão conservadora, destacando a influência da mesma na configuração da assistência no país.

Em seguida, no capítulo 2, destacamos a questão da pobreza, a sua configuração como exclusão, a relação que o usuário estabelece com a assistência e a compreensão que o mesmo tem acerca dos serviços prestados.

Para entendermos como se dá esta relação e a visão do usuário, partimos para pesquisa. O capítulo 3 trata da análise dos depoimentos coletados nas entrevistas e conclusão.

1 DAS ORIGENS À CONTEMPORANEIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo, estaremos abordando a trajetória histórica da Assistência Social no Brasil com o objetivo de enfatizar como a questão social¹ foi enfrentada com desenvolvimento de práticas assistencialistas, e na atenção a pobreza a marca da benesse, do voluntarismo e filantropia. Este caminho, começa a sofrer alterações na década de 80 com o processo de mobilização das forças sociais que fazem parte da assistência social em torno da Constituinte de 1985. Este movimento sai vitorioso, pois consegue introduzir na Constituição de 1988 a Assistência Social como uma Política Social de Seguridade Social. Para tanto, estaremos abordando esta trajetória em períodos históricos à luz da construção realizada por Maria Luiza Mestriner² e por Potyara Amazoneida P. Pereira³.

A assistência ao outro é prática antiga na humanidade. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram adotando práticas de ajuda e apoio aos pobres considerados incapazes e frágeis.

Esta ajuda sempre foi pautada pelo princípio de que na humanidade haverá sempre os mais fracos, frágeis e incapazes que não poderão reverter sua condição de vida, necessitando assim, de ajuda para sobreviver.

Com isto, a benemerência como um ato de solidariedade foi se constituindo em prática de dominação, assim, o direito à assistência foi historicamente substituído pelo apelo à benevolência e a caridade das almas piedosas, os cidadãos que praticavam esta ajuda.

¹ Questão Social: Não senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 1983: 77)

² Maria Luiza Mestriner: Assistência e seguridade social : oposições e aproximações. Tese de Mestrado.

³ Potyara Amazoeida P. Pereira: Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.

Reportamo-nos à subdivisão em períodos históricos construídos por Mestriner e Potyara, da seguinte forma:

- 1.1 A Esmola– A Forma Primitiva de Proteção
 - 1.1.1 No Brasil Colônia (1560-1822)
 - 1.1.2 No Brasil Império (1822-1899)
- 1.2 A Filantropia Disciplinada X O Seguro Social
 - 1.2.1 Na Velha República (1889-1930)
 - 1.2.2 No Estado Novo (1930-1945)
- 1.3 A Regulamentação e a Institucionalização da Proteção Social
 - 1.3.1 No Pós-Guerra (1945-1964)
 - 1.3.2 Na Ditadura Militar (1964-1984)
 - 1.3.3 Nova República – Definição de Novos Princípios
 - 1.3.4 Ajustamento Conservador- desmonte das políticas sociais e a constituição da política social de perfil neoliberal

1.1 A ESMOLA – A FORMA PRIMITIVA DE PROTEÇÃO

1.1.1 NO BRASIL COLÔNIA (1560-1822)

No Brasil colônia, a esmola era a forma de assistência existente aos pobres, estes constituídos por degredados que vinham cumprir penas, e parte da pobreza européia, que vinha para o Brasil com o intuito de se aventurarem em busca de oportunidades.

Nesse período, o interesse era enriquecer a terra-mãe, pouco se preocupava em desenvolver o país. (Colônia).

A forma de trabalho era escravista, exercida pelos negros trazidos da África, mantidos pelos seus donos. Os índios também foram explorados em seu trabalho através do apresamento.

Havia uma desvalorização dos trabalhos manuais, por serem produzidos pelos negros; as populações pobres viviam como nômades, pois se embrenhavam nas

matas, em sítios volantes, explorando os recursos naturais e acabavam por viver como mendigos.

Quando eram agregados a uma família como forma de sobrevivência, pagavam esta “ajuda” com serviços ao proprietário, este gesto de agregar os pobres eram pautados no modelo do Estado português, que não se importava com a pobreza generalizada, e sim com interesses pessoais.

A esmola caracterizava-se como a única forma de proteção social colonial regulada por determinação real, pois o rei enviava esmoleres para recolher a ajudas aos cofres dos órfãos e expostos.

Os conventos, as igrejas, os padres e os jesuítas também recebiam ajuda através de esmolas da população.

A coroa portuguesa recomendava prevenir doenças, evitar sujeiras e acabar com a peste para que houvesse um bom rendimento das terras. Havia ainda os chamados “bodos” que constituíam – se em distribuidores de alimentos, e as “mercearias” espécie de asilo que recolhiam os pobres.

É a Irmandade da Misericórdia, primeira instituição de assistência baseada no modelo da Esmola, que dava dotes aos órfãos e caixão para enterros, com intuito de reduzir as desigualdades mais visíveis.

A forma de atendimento hospitalar, ou seja, a Santa Casa era mais um albergue do que propriamente atenção à Saúde, pois recebiam os pobres, viajantes que tinham garantidos abrigo e alimentação.

Era denominado de “Roda” o local onde as crianças eram abandonadas, posteriormente as mesmas eram recolhidas, registradas e cuidadas pelas amas, que eram pagas para tanto. Este sistema vigorou até 1927, sendo extinto pelo Código de Menores.

É a partir do século XVIII, que o Brasil começa a ter uma certa autonomia em relação a Corte e iniciar uma tênue urbanização.

Algumas medidas higienistas, surgem com o enfoque de reduzir as pestes que grassavam os povoados. Só em 1800, surgem alguns hospitais, com uma atenção seletiva.

Em 1802, surgem as primeiras instituições de Proteção Social, como os hospitais para hansenianos, ligados à Irmandade de Misericórdia. Os primeiros segmentos a receber uma atenção institucionalizada são as crianças, os hansenianos, os inválidos e os alienados.

No século XIX, a enfermaria que existia desde de 1715 em São Paulo, transformou-se em Hospital Santa Casa, que passou a contar também com o Hospital Militar e uma drogaria financiada pela Corte. Nesta mesma época, chega ao Brasil o primeiro cirurgião.

Nota-se, que neste período, as práticas assistenciais com maior relevância já eram despolitizadas, pois transferiam as responsabilidades do Poder Público para as ações de benemerência.

As ações tinham um caráter sempre de benesse, desenvolvida com a ajuda de particulares. Cabia às Câmaras Municipais, apenas inspecionar o funcionamento dos hospitais e a igreja era responsável pela assistência social, porém era a Irmandade que executava as atividades assistenciais e responsabilizava-se pela administração da entidade.

1.1.2 NO BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

Para contextualizar a assistência neste período, teremos com referência a construção histórica do autor Francisco de Assis Silva⁴, que retratará o contexto econômico, político e social do país.

Em 1822 o Brasil estava politicamente emancipado, contudo continuava sendo o Império da Escravidão. A massa trabalhadora escrava ou livre, cuja a força de trabalho era o suporte econômico do país, era chamada de “gentalha”, expressão com cunho antidemocrático daqueles que viam na massa a possibilidade da manipulação/alienação com o objetivo de impedir a participação nas decisões políticas.

⁴ Silva, Francisco de Assis. História do Brasil: Colônia, Império, República

A elite formada por fazendeiros e comerciantes, assume o poder e decide adotar como forma de governo a Monarquia Constitucional que facilitaria na defesa do latifúndio e a permanência da escravidão.

Conservadora e antidemocrática, a elite impõe um regime concentrado no governo, e institui o voto censitário, impedindo as massas populares de participarem do processo eleitoral, era necessário que os desvalidos permanecessem marginalizados e fossem reprimidas quaisquer formas de participação.

Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Brasil, que manteve o voto censitário baseado na renda, independente do nível de alfabetização do eleitor. O direito ao voto se baseava no critério econômico e não no cultural, portanto não havia decisão popular nas decisões políticas. Mas com esta Constituição inicia-se a base para a construção da Proteção Social, conforme se expressa no art. 179, inciso 31º: “A Constituição também garante os socorros públicos”. (MESTRINER, 1992, p. 39). Porém a exigência da garantia e acesso ao direito era facultativa.

[...]Tanto não havia intenção de se responsabilizar, que a Legislação Imperial que regula a ação das Câmaras Municipais, na Carta lei de 1828 estabelecida em seu art. 69 no sub-item “posturas policiais”, que as “câmaras deveriam cuidar de observar o estabelecimento e conservação de casa de caridade, a criação de órfãos, a atenção aos doentes e a vacinação de todos os meninos do distrito. Sposati (1998) apud Mestriner (1992).

Verifica-se que a proteção oferecida pelo Império, era frágil, pontual e emergencial, não oferecendo legitimidade ao direito do cidadão, pois se recorria a ela em último caso.

Em 1831, inicia-se o Período Regencial que é fortemente marcado por lutas e reivindicações das camadas urbanas e rurais marginalizadas e de conflitos políticos na luta pelo poder.

As elites aristocratas se vinculavam as massas populares para se fortalecerem, porém como os interesses das elites convergiam com os interesses populares, estes últimos passam a desvincular-se das elites e lutam pelos seus próprios interesses, como por exemplo: lutam contra a escravidão e o latifúndio gerador de fome e miséria social. Porém, os líderes populares não tinham preparo suficiente para fortalecer a massa rebelada em torno de si e de um projeto político.

Neste período surgem muitos movimentos sociais e rebeliões populares por toda a nação que reivindicam melhorias na vida social e econômica.

O pensamento retrógrado e mesquinho dos grandes latifundiários era uma das principais causas da fome generalizada das populações carentes. Além do fator opressor e a miséria social, o comércio varejista era monopolizado pelos portugueses, que detinham alguns privilégios comerciais, por isso vendiam os produtos pelo preço que quisessem. Dessa situação, resulta a marginalização das camadas urbanas, que não podiam concorrer com os portugueses e as camadas rurais oprimidas, que não tinham chance de se tornarem proprietários.

As reivindicações tornam-se públicas, exigia-se: o fim do Império e a Proclamação de uma República; a extinção do Senado Vitalício e o Poder Moderador; voto livre e universal; nacionalização do comércio; liberdade de trabalho para garantir a vida dos cidadãos; reformas sociais e econômicas; liberdade de imprensa; reforma judicial que assegurasse as garantias individuais.

Na segunda metade do século XIX o Brasil passou por transformações que alteraram o seu processo histórico. Neste período ocorreu a extinção do tráfico negreiro, um relativo desenvolvimento industrial, um crescimento da produção cafeeira e da imigração, a sistematização do trabalho assalariado, a abolição da escravidão e do ponto de vista político a Proclamação da República.

Este processo de desenvolvimento também foi importante na difusão das idéias políticas e nas mudanças das relações do trabalho. Com o crescimento urbano e a modernização acrescentamos o surgimento do setor industrial responsável pela nova classe social que surge no Brasil: o operário.

Devido às condições precárias, a classe operária buscava se organizar em movimentos reivindicatórios, exigindo redução da jornada de trabalho nas fábricas, criação de leis trabalhistas que garantissem o direito de férias e descanso semanal remunerados, bem como a regulamentação do trabalho, mas essas reivindicações não eram atendidas, e os industriais viam as manifestações como uma questão de polícia e não como uma questão de política que deveria ser considerada.

O principal responsável pelas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil foi o café, pois reintegrou a economia brasileira nos mercados

internacionais, contribuiu nas relações assalariadas de produção e a acumulação de capital. Foi ainda o responsável pelo superávit entre os anos de 1861 à 1885.

A indústria no Brasil passou a ser vista como atividade lucrativa, após a substituição da mão- de- obra escrava pelo trabalhador livre e assalariado.

Segundo Silva (1992), as camadas médias urbanas, embora não assumissem posições reivindicatórias autônomas, se empenhavam ativamente nas campanhas abolicionistas e republicanas, se transformaram em importantes vigas de apoio aos movimentos em prol da reforma do ensino, da separação entre Igreja e Estado, exigindo eleições livres e diretas e o fim do voto censitário.

Sem uma representação política que permitisse o atendimento as suas reivindicações, as camadas médias urbanas se apoiaram em um segmento do clero e do exército com vistas a participarem do poder.

Por volta de 1880, sob influência positivista⁵, o Exército desenvolveu a idéia de que tinha a missão de salvar o país. Para os militares, o exército simbolizava a ordem na qual o progresso se desenvolveria, a solução para o Brasil seria um regime forte, de chefia militar.

O Governo Imperial não foi capaz de acompanhar a evolução e a modernização do país, e nem de atender às aspirações sociais, que exigiam mudanças significativas, daí o surgimento da crise do Governo Imperial.

Fazia – se necessário a adoção de medidas que contemplassem a reivindicação dessa nova classe que surgia no cenário.

1.2 A FILANTROPIA DISCIPLINADA X O SEGURO SOCIAL

Com os processos de urbanização, industrialização e o aparecimento do trabalho assalariado, tornaram-se deploráveis as condições de vida, exigindo assim, novas formas de proteção, no qual determinaram uma etapa mais avançada, a Política de Seguros Sociais que inaugura a Previdência Social.

⁵ 5. Positivista: foi uma corrente filosófica criada pelo francês Auguste Comte, na primeira metade do século XIX. Para Comte todas as ciências e o espírito humano como um todo se desenvolve através de três fases distribuídos em: teológica, metafísica e a positiva. (SILVA, 1992, p. 178)

A Lei dos Seguros Sociais é implementada na Alemanha em 1823 por Otto Von Bismarck, que introduziu caixas estatais, com: seguro saúde, seguro velhice e seguro acidente, com contribuição obrigatória de empregados e empregadores e subsídios do Estado. Os trabalhadores de mais baixa renda estavam isentos de contribuição, pois o seguro social tinha por finalidade a cobertura da população assalariada, com benefícios que correspondiam à contribuição efetuada e não à necessidade. Este foi o primeiro Modelo na lógica do Seguro Social, tornando-se um marco político, pois o Estado assume a responsabilidade de amparar o trabalhador acidentado que já havia contribuído.

No Brasil, o processo de desenvolvimento das Políticas Sociais teve influências internacionais, devido às mudanças econômicas e políticas. As transformações se deram nas cidades, mas principalmente na estrutura do país com a passagem da economia mercantil escravista para uma economia exportadora capitalista, o que caracteriza o fim do Brasil Império e início da Velha República. A presença do trabalho escravo foi superada neste período, e foi se formando a mão de obra assalariada. Como consequência do distanciamento da metrópole Portuguesa e a inserção no mercado internacional, o baronato se fortalece.

Com o crescimento e expansão da economia foi necessário a extensão de uma rede de ferrovias para facilitar o escoamento da produção, sendo assim não foi casual o Brasil criar a primeira lei previdenciária que foram as “caixas de socorros” aos trabalhadores das estradas de ferro pertencentes ao Estado.

Antes da Proclamação da República foi aprovada uma legislação beneficiando empregados do correio e um “Fundo Especial de Pensão” para os trabalhadores das Oficinas da Imprensa Régia. BALERA (1989) apud MESTRINER (1992).

A seguir, nos deteremos em como se desenvolveu a política de assistência na Velha República.

1.2.1 NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocorreu um

importante processo de transformação e de questões sociais, políticas e econômicas, através da união de duas forças: o Exército e os Fazendeiros de café.

Estas forças se uniram, eram movidas por razões diferentes, mas com os mesmos objetivos, como a extinção do governo Imperial. Extinção esta, que ocorreu sem a participação do povo que recebeu de forma espantosa a notícia.

Com os diferentes interesses entre o exército e os fazendeiros, ocorreu a desunião entre os dois grupos, pois o exército estava movido pela razão corporativista e ideológica, na busca de afirmação como instituição importante, já os fazendeiros, eram movidos por interesses econômicos.

Na luta em que se seguiu entre o grupo militar e o civil, os militares conquistaram o poder. Entre os primeiros decretos do governo militar estavam o banimento da Família Real, a separação entre a igreja e o estado, a instituição do casamento, a grande nacionalização e a criação da bandeira republicana com o lema positivista “ordem e progresso”.

Em 1891, é promulgada a primeira Constituição Republicana dos Estados Unidos do Brasil, que estabelece como forma de governo a República Federativa Presidencialista com os seguintes princípios básicos: o federalismo, o presidencialismo e o regime de representatividade. Desta forma, o país passa a ter 20 estados autônomos, a ser chefiado pelo governo da federação que seria o presidente e a ter eleições diretas de acordo com as normas eleitorais. Em seu artigo 5º diz que a União deveria prestar “socorros públicos” – quando solicitada pelos estados – e nos casos de calamidade pública. (MESTRINER, 1992)

Essa Constituição tem um sentido administrativo e não social, pois a proteção fica restrita somente aos funcionários públicos, e em caso de invalidez.

Os direitos sociais dos trabalhadores já haviam sido editados anteriormente a Proclamação da República, mas é somente com a Constituição de 24/02/1891 que vão ser legitimados enquanto direito reclamável.

O Brasil, a partir do final do século XIX, passa por uma transformação significativa na economia, devido a emergência do modo de produção de mercadorias, como consequência às cidades crescem, passam por uma forte

urbanização, principalmente a cidade de São Paulo que concentra uma grande parte da lavoura cafeeira.

Neste momento, a mão-de-obra estrangeira passa a ser usada na lavoura de café e também na indústria; formam-se grandes contingentes de trabalhadores estrangeiros assalariados, tanto nas fazendas como nas indústrias. Com isso, há uma desvalorização dos salários pagos a esses trabalhadores devido o crescimento da mão-de-obra disponível, levando os trabalhadores a uma situação de extrema pobreza.

Muitos imigrantes, para enfrentar a pobreza e para manter a sua sobrevivência, buscavam agregar-se às famílias mais abastadas a fim de terem supridas suas necessidades básicas, em troca, os imigrantes prestavam todos os tipos de serviços. Esta situação chegou a ser regulamentada com o intuito de se fazer um controle, pois tornara-se uma prática crescente.

O fortalecimento da indústria determinou o desenvolvimento da vida urbana onde surgiu novas forças sociais e políticas, como: a burguesia industrial, as classes médias urbanas, e a classe operária.

A capacidade de articulação e organização dos trabalhadores em prol de ajuda mútua, revela o poder que possui esta classe unida, pois se inicia as manifestações que vão gerar as futuras greves, como as de 1917 e 1919. Com isso, o Estado percebe a necessidade de reprimir estas manifestações e começa a tratar a “questão social” como caso de polícia.

Diante das situações desconfortáveis, o Estado edita alguns decretos para amenizar os conflitos, tais como: regulação das condições sanitárias das indústrias, assim como o trabalho de menores e mulheres. Porém, estas medidas são pontuais e sem nenhuma expressão por não elegerem uma fiscalização efetiva.

Com a intenção de regulamentar algumas medidas assistenciais, algumas indústrias tomam a iniciativa de executarem ações assistenciais, porém não recebem respaldo do Estado e nem do patronato para implementá-las.

Em 1919, é implantada a primeira medida de Legislação Social, que vai responsabilizar as empresas pelos acidentes de trabalho, função do movimento operário.

Já em 1923, é promulgada a Lei Eloi Chaves, um marco para o início da Previdência Social no Brasil. Cria-se as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas de estrada de ferro do país e também o Conselho Nacional do Trabalho. Essas leis, tornam-se importantes instrumentos de justiça social na Constituição de 1934.

A Saúde agrega-se à educação e se expande, adquirindo notoriedade e especificidade. É neste período, que a “questão social” começa a ser entendida como alvo de intervenção metódica e organizada. A partir daí, a Igreja Católica começa a desenvolver ações assistenciais de grande expressão, face do desinteresse ao Estado. Expandem-se a participação dos leigos e o movimento da Ação Católica em todo país.

Segundo Mestriner (1992, p. 50):

[..] proliferam as entidades sociais de religiosos, ou leigos. A maioria de amparo a crianças, predominantemente de meninas órfãs: são internatos, educandários, que guardam ainda o caráter asilar, dispensarial. Multiplicam –se também as instituições centradas principalmente na disciplina e preparo para o trabalho. São as escolas paroquiais, escolas noturnas, albergues e todo tipo de associação de benemerência.

Contudo, a pobreza ainda não é entendida e vista como expressão da questão social produzida pelo sistema capitalista. Com o crescimento das instituições de atenção aos espoliados, o Estado assume a fiscalização dessas entidades e cria a Junta de Auxílios e Subvenções, que vai auxiliar financeiramente as instituições com valores irrisórios, como forma compensatória de sua ineficiência.

Surgem debates sobre a responsabilidade do Estado na questão assistencial e também sobre o direcionamento da filantropia, que deveria ser criterioso.

1.2.2 NO ESTADO NOVO (1930-1945)

O Estado Novo será caracterizado pela organização corporativa da sociedade civil, que agrega os diversos interesses da elite e as reivindicações dos

trabalhadores, com o objetivo de se alcançar através da harmonia social, do desenvolvimento e da colaboração entre as classes a expansão e acumulação do capital.

Com a Revolução de 1930, o Estado assume as funções maiores, como por exemplo: o papel de regulamentação, organização, coordenação, intermediação e até de educação enquanto promotor de uma nova cultura, de diferentes exigências. Suas funções econômicas, políticas e administrativas terão que ser amplas para produzir efeitos na sociedade, que ainda era dominada por oligarquias latifundiárias. São estabelecidas novas relações com intelectuais, elites e massas populares, devido às novas tendências mundiais, gerando uma burocracia pública, forte e tecnicamente preparada. A estrutura do Estado é centralizadora, para ele (estado) é necessário manter o controle e a repressão, já que ofereciam serviços sociais.

Um dos elementos centrais do Estado Novo é a Política Social, que formulará a Legislação Trabalhista, Sindical, Previdenciária e Assistencial. Balera (1980) apud Mestriner (1992).

A proposta constitucionalista do Presidente Vargas embora tivesse um perfil conservador, trouxe respostas às reivindicações sociais antigas.

[...] A Constituição de 1934: Esta Constituição, embora de duração efêmera, é considerada um dos mais avançados sistemas de proteção social que já se instituiu no Brasil. Introduz um sistema de financiamento já com os três parceiros no custeio da Previdência (União, empregadores e empregados), regra esta que se manterá em todas as seqüências das leis. Estabelece assim a co - responsabilidade dos integrantes, amplia significativamente os recursos. A proteção agora mantida por esta contribuição tríplice passa ao "status" de seguro, com duas importantes características, a obrigatoriedade da contribuição e a gestão estatal do sistema. Sai- se assim do estagio primitivo da proteção, de "Socorro Público" concedido ao cidadão pelo Estado, ingressando na etapa do seguro social. Mestriner at el (1992) apud Balera (1989).

A Constituição de 1934, ampliou os direitos e se constituiu como instrumento de proteção à riscos sociais, tais como: doença, invalidez, velhice, morte e ainda, acidente de trabalho e auxílio maternidade. Estabelece a carga horária do trabalhador, descanso semanal, férias, trabalho do menor e salário mínimo.

Essa Constituição caracterizou-se pela sua ampla forma de proteção social.

Cria-se também a Justiça do Trabalho e define a responsabilidade da Federação, Estados e Municípios de garantir proteção aos desvalidos, as crianças e as mulheres, as famílias de proles numerosas, o controle de mortalidade e morbidade infantil, de protegerem a juventude e de zelarem pela saúde mental. Celebra-se a regulamentação estatal na relação capital e trabalho, ao mesmo tempo, percebe-se ações voltadas aos trabalhadores, ou seja, há uma valorização do indivíduo que trabalha, ganhando a conotação de sujeito de direitos, contudo a mão-de-obra ociosa fica aos cuidados da filantropia privada.

Apesar da ampliação dos direitos, a pobreza no Brasil continua sendo tratada como algo natural e as ações voltadas ao seu combate continuam fragmentadas, focalizadas e sem articulação, pois o bem estar que é oferecido pelo governo se apresenta de forma paternal. Com isto, há um grande crescimento de instituições de assistência, o que ocasionou a necessidade de uma legalização e atuação mais técnica, que resulta na inserção da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, que aborda a racionalização da atuação e tem como modelo de assistência às modernas Escolas Inglesas e Alemãs.

Em 1938, inaugura-se um pacto com as elites e instala-se uma legislação de controle ao criar o Conselho Nacional de Serviço Social.

[...] O Conselho Nacional de Serviço Social, foi, portanto, a forma de presença da assistência na burocracia do Estado republicano, ainda que na função subsidiária de subvenção as organizações que prestam amparo social. Assim, atuou como forma pautada na ajuda ao setor privado, sem relação direta com a população. Desta maneira, a regulação estatal da administração social começa na década de 30 com Getúlio Vargas, que faz três investidas neste sentido. Primeiramente, ele mesmo atribuiu diretamente auxílios a organizações sociais, segundo seus próprios critérios e preferências, utilizando-se da contribuição da caridade cobrada na alfândega sobre a importação de bebidas alcoólicas (moralizando as bebidas, como vai moralizar no futuro o jogo pela interface com a filantropia) e distribuídas em cotas, por meio de um direito anual. Sposati (1994) apud Mestriner (1992).

A assistência social não era tratada como política social, tinha a função de amparo social, pois as populações traziam expressos os desamparos sociais que sofriam. No início este amparo parecia ser realizado pelo Serviço Social, mas na realidade, foi a sociedade civil que assumiu este papel, posteriormente é que o

Estado assume esta responsabilidade. A assistência parece ser tratada como área de inclusão, mas não passa de uma ação com caráter seletivo, que considera a proteção social no âmbito privado e não público. Mesmo com a instalação do CNSS, cria-se apenas uma política de incentivo ao amparo social privado e filantrópico, por meio da subvenção. Vargas cria também a Legião Brasileira da Assistência, que insere em nosso país o primeiro assistencialismo.

A área social, utilizará o setor privado de organizações sociais já existentes, como estratégias de incentivo à ampliação da sociedade civil. Com o desenvolvimento do modelo corporativista, que se traduz na necessidade de controlar os novos setores emergentes, os quais crescem rapidamente, a partir da industrialização e do reconhecimento do enfrentamento da questão social.

[...] A questão social foi então colocada como legítima, como questão eminentemente política pertencente à esfera do Estado, fenômeno que requer soluções mais sofisticadas do que a intervenção da polícia. Cerqueira Filho (1982) apud Mestriner (1992).

O governo de Vargas, ao reconhecer a questão social, faz o enquadramento jurídico, intervindo na relação capital/trabalho. A questão social é colocada no discurso governamental como dever do Estado nacional, que reconhece que tem a função de propiciar a sociedade o bem estar e proteger os mais fracos, mas isto acontece de forma ocasional e não universal. Portanto, a assistência se constituiu como um mecanismo de controle, ajustamento social do que como um mecanismo de enfrentamento das mazelas da questão social, objetivando a harmonia entre as classes sociais, o ajustamento dos indivíduos que estivessem fora dos padrões da sociedade. Resultando assim, numa assistência de cunho preventivo apenas com eficiência técnica dando maior visibilidade as ações promovidas pela filantropia. Sendo assim, tem-se um amplo espaço para intervenção da Igreja e para o seu movimento laico. A força disciplinadora da Igreja é chamada a colaborar para manter a estabilidade do novo regime político e com ele disputará o controle social e ideológico da sociedade. Para isto, a Igreja busca desenvolver uma série de programas e respostas aos problemas sociais, pautados na justiça social e nos princípios da cristandade.

A assistência social se reduz a mais uma prática de ajustamento buscando substituir a vadiagem por trabalho, para isto os problemas que eram apresentados eram resolvidos em casos individuais ou em pequenos grupos, tornando os atendimentos limitados e sem nenhuma dimensão política. A assistência passa a servir de freio ao operariado, reforçando a conduta de controle governamental, pois a mesma está a cargo da sociedade e fundamentada em princípios da Igreja. É neste contexto, que CNSS se instala e toma decisões como a primeira forma de regulação nacional da Assistência Social.

1.3 A REGULAMENTAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

1.3.1 NO PÓS – GUERRA (1945- 1964)

O período conhecido como pós-guerra é marcado por uma mudança qualitativa no procedimento assistencial do Estado e do empresariado em relação ao trabalhador.

Segundo Mestriner (1992), as ações eram paternalistas, embora o interesse econômico era evidente, pois o empresariado e o Estado buscavam através de concessões atender as reivindicações do proletariado e desvirtuar o seu caráter reivindicatório cedendo lugar a uma política mais global, representativa de uma racionalidade.

O pacto do pós-guerra obriga o empresariado a se organizar e tomar novas atitudes em relação a força de trabalho. O desenvolvimento social começa a ser entendido como dever do Estado e já começa a notar este fator nos discursos governamentais.

O empresariado se mobiliza a fim de buscar uma ação mais direta com a classe trabalhadora.

A partir de Bismarck, marco da proteção social estatal, é que irão surgir novos modelos, como o Modelo Beveridgiano de Seguridade Social. É em 1942 que William

Beveridge através de seu plano, introduz a garantia de um rendimento que substitua os salários quando se interrompem pelo desemprego, por doença, ou por acidente: que assegure a aposentadoria na velhice, que socorra os que perderam o sustento em virtude da morte de outrem e que atenda certas despesas extraordinárias, tais como as decorrentes do nascimento, da morte e do casamento. Antes de tudo, Segurança Social significa segurança de um rendimento mínimo, mas esse rendimento deve vir associado a providências capazes de fazer cessar, tão cedo quanto possível, a interrupção dos salários.(FALEIROS, 2000)

O plano de Beveridge pressupunha a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário que deveria ser fruto do pleno emprego, ou seja de um Estado de Bem Estar Social⁶.

Em 1942, surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como uma iniciativa do empresariado que busca através de ações assistenciais e educativas a qualificação da mão- de- obra para atender as necessidades da indústria que esta em plena expansão.

O Serviço Social nesse período procura legitimar-se através dos benefícios que criou, procurando romper com a idéia de que o mesmo só atua com concessão de benefícios materiais e financeiros se valendo de técnicas psicossociais que buscavam romper com a relação de dependência do usuário com a assistência, buscando assim a capacitação ou promoção individual.

Com a preocupação de teorizar e dar maior racionalidade ao Serviço Social, a assistência social será designada à voluntários e a auxiliares sociais.

[...] É criada também em 1942, a primeira grande instituição de Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência, com origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Voltada a aglutinar as organizações assistenciais, ira integrar a iniciativa privada, à do Estado intervencionista de Vargas, assegurando estatutariamente a presidência, as primeiras damas da República. Mestriner (1992).

⁶ .Estado de Bem Estar Social: constituído por instituições públicas, se destina a elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e da população, e a reduzir as diferenças geradas pelo mercado, através de transferências monetárias diretas ou indiretas, provisão de bens e serviços. Isuani (1991) apud Mestriner (1992).

A Legião brasileira de Assistência é criada em nível Federal, registrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e nucleada por todo o país para atendimento das famílias dos Pracinhas.

Permanece ainda no nível Federal, a proteção ao trabalhador que possui vínculo empregatício formal, centralizada nos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Os sindicatos pressionam o governo, a fim de que a assistência médica se estenda a todos os institutos, com a uniformização dos procedimentos, buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados, bem como aumentar o volume dos serviços médicos.

Segundo Mestriner (1992), historicamente, as ações inerentes à saúde, sempre estiveram voltadas a contenção das doenças e é neste contexto que será desenvolvido a Política de Saúde, mais conhecida como “Política de Doenças”, que se caracterizou como espaço de barganha de deputados, ou seja, as verbas para saúde são manipuladas por deputados em prol de uma política personalista, de apadrinhamento, principalmente a de determinadas doenças, tais como a hanseníase e a tuberculose.

Paralelo a esta “Política de Doenças”, outras ações se desenvolvem em favor de um projeto de saúde caracterizado como sanitarista desenvolvimentista, que tinham como direção a descentralização e regionalização da saúde, porém essas ações desfragmentadas, isoladas e pontuais, não surtiram nenhuma alteração no modelo ou Política de Saúde.

Surgem ainda no nível Federal, serviços como: SAMDU (Serviços de Assistência Médica Domiciliar de Urgência); PMI (Programa Materno Infantil); SESC (Serviço Social do Comércio); SESI (Serviço Social da Indústria). Contudo, a população mais pauperizada não terá acesso a esta assistência mais especializada, restando assim somente o atendimento através da rede de serviços filantrópicos.

A assistência é assumida por grandes instituições com parceria com o Estado, porém não se rompe com o caráter de benesse.

Terminada a II Guerra mundial, é celebrado um pacto entre as classes sociais dos países desenvolvidos, inaugurando assim o Estado de Bem Estar Social, que se

caracterizou pela expansão dos serviços sociais, devido atender à necessidade de todos os cidadãos e diminuindo as desigualdades sociais

[...] O “Welfare State”- O Estado de Bem Estar Social, vai ser a alternativa histórica das sociedades capitalistas mais desenvolvidas do pós – guerra, para a resolução das desigualdades sociais. A partir daí vai ocorrer uma forma combinada entre a chamada Política Econômica Keynesiana e o Welfare State. Enquanto aquela proporcionava um crescimento econômico sem precedentes – regulado e estimulado – as políticas sociais amenizavam tensões e conflitos, potenciando a produção ou facilitando o consumo. Sposati et al (1985) apud Mestriner (1992).

O Estado de Bem Estar Social Keynesiano, caminham juntos nesse período pois o Keynesianismo estimula o desenvolvimento econômico, enquanto o Estado de Bem Estar Social tenta promover a inclusão da mão de obra do exército de reserva. Porém, este contexto só acontece nos países desenvolvidos.

No Brasil, a iniciativa de assumir a questão social vem por parte do empresariado e da sociedade civil, com a intenção de amenizar os conflitos. Com isso, ao invés de se construir um estado de Bem Estar Social, vai se criar um Estado Meritocrático, com uma política social focalizada e seletiva, voltada ao atendimento de grupos exclusivos, que possuíam maior poder de reivindicação e negociação. Os serviços sociais serão dirigidos somente a algumas categorias profissionais.

[...] Com tais conquistas, as diferenças de atendimento ao trabalhador formal e aos de mercado de reserva se acentuam, diferenciando frontalmente as práticas de concessões e as garantias de direito. Até hoje as políticas sociais são marcadas pela visão entre a previdência e a assistência, construindo uma forma peculiar de reprodução estatal da força de trabalho. Mestriner (1992).

Acabado o período da II Guerra Mundial, inicia-se no Brasil o período conhecido como redemocratização, que trazem consigo a reformulação constitucional do país. Com esta proposta o governo de Vargas se enfraquecesse cada vez mais, e em 29 de outubro de 1945 Getulio Vargas é deposto por uma composição civil-militar.

O General Eurico Gaspar Dutra é quem assume a presidência e irá transmutar a forma de ação política de Vargas, passa-se a expressar por meio do nacionalismo e da democracia. Mas este governo, irá explicitar os limites do

liberalismo e do novo sistema de poder, proibindo o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), o Movimento Sindical é controlado pelo o Ministério do Trabalho, o Partido Comunista é tido como ilegal.

Em 1946, a Assembléia Constituinte promulga a Nova Constituição Federal, também é promulgada a Lei da Previdência Social, que restitui como direitos o repouso da gestante pré e pós-parto, assistência sanitária hospitalar e médica preventiva ao trabalhador e a gestante, serviços assistenciais aos desempregados e previdência mediante contribuição tripartite, em prol da maternidade e contra os efeitos da doença, velhice, da invalidez, de morte e outros serviços sociais, inclusive a proteção contra acidentes de trabalho. Além disto, há novas perspectivas no sentido de uma liberalização da vida política nacional.

Neste período, o Brasil tem sua preocupação voltada no combate ao comunismo e tentativas de expansão do capitalismo internacional. Com isto, elaborou-se um pacto das forças econômicas, políticas e sociais, que darão uma nova direção no que diz respeito às funções do Estado. Essas forças não desenvolvem um processo de democratização e sim uma centralização na União, subordinação do poder local e estadual, permanecendo o autoritarismo. Em conseqüência deste modelo econômico a força trabalhadora fica cada vez mais pauperizada, em contra ponto, as reivindicações dos trabalhadores se fortalece. A conjuntura da democratização estava articulada com a articulação das forças sociais, as alianças políticas procuravam controlar as classes trabalhadoras colaborando com algumas exigências feitas.

[...] O populismo é a forma então, de se legitimar no poder e obter a aprovação popular; e a concessão de benefícios passa a ser utilizada amplamente como forma de abrandamento das pressões. O Estado assume o papel de grande ativador social, formando pelo discurso oficial, a imagem de Estado – Pai, Estado – Protetor, sendo “fetichizado” pelas classes populares. Mestriner (1992)

Procura-se delimitar o espaço de atuação da saúde pública e da previdência social. Mas não se consegue estabelecer uma hegemonia capaz de implementar uma política global de saúde.

As técnicas e métodos da teoria do Serviço Social passam a ser utilizados nas atividades de promoção social, devido o caráter científico e de sofisticação. Em 1946, a Legião Brasileira de Assistência passa por uma formulação em seus estatutos.

Segundo Mestriner (1992), com essas mudanças há um crescimento de 90% nos municípios brasileiros, de ações de promoção social. Criam-se unidades próprias como creches, lactários, maternidades e hospitais infantis em uma parceria entre governo e sociedade. Com a ampliação dos serviços fica clara a proteção aos trabalhadores pela legislação trabalhista e previdenciária.

O Estado torna-se cada vez mais burocrático e tem um poder centralizador, pois com a modernização administrativa há o aumento do número de órgãos estatais. As classes populares aparecem eventualmente e a nova ordem não amplia o poder desta classe.

Surgem programas de alfabetização, formação de mão-de-obra, formação social e desenvolvimento comunitário, devido às exigências do capitalismo e o grande interesse pelo desenvolvimento econômico. Em consequência da criação desses programas assistenciais terá uma forma de subordinação através do atendimento tutelado, pois além de serem programas limitados, que irão atender um pequeno percentual das demandas que se apresentavam, há também um afastamento destas propostas às necessidades básicas da população.

Com a tentativa de romper a dependência e provocar a integração da população no mercado, desenvolve-se uma política integrativa, reforçando o papel paternalista do Estado e ainda se reproduzem idéias de organizações internacionais como a ONU, Aliança para o Progresso, Convênio MEC-Usaid, que passam a intervir nas Políticas Sociais, mas mesmo assim não alteram o caráter fragmentado, pontual e emergencial dos programas e serviços. Neste período, as políticas não passam de um conjunto de decisões setoriais na educação, saúde, habitação, previdência e assistência social.

Na década de 60 surgem movimentos de denúncia aos modelos e programas que eram importados.

O nacionalismo é estimulado pelas propostas desenvolvimentistas e aguça a criação e o aperfeiçoamento de tecnologias próprias e a valorização da cultura nacional. (MESTRINER, 1992).

O Conselho Nacional Serviço Social (CNSS), procede com as subvenções ao registro das entidades e à atribuição de fins filantrópicos, com isso se firma como órgão regulador da filantropia que se expande neste período, também há um interesse político-clientelista.

[...] Como se pode observar, a política social do período democrata-populista reduz-se a um conjunto de realizações setoriais, sem as transformações profundas difundidas por vários governos. Mesmo Vargas, que possuía propostas importantes nesse sentido, objetivando transformações estruturais, não consegue concretizá-las, limitando-se a atender às necessidades mais urgentes. Mestriner (2001).

Os demais governos que pela via do desenvolvimento econômico, pretendiam melhorar as condições de vida da população, só viram as desigualdades sociais se acentuarem.

Com o movimento de 64, rompe-se toda a conjuntura democratizante instaurada pela Constituição de 1946, no qual gera uma desarticulação e se apropria de instrumentos de pressão impedindo os movimentos de defesa das classes populares de se manifestarem e lutarem por condições melhores.

1.3.2 NA DITADURA MILITAR (1964-1984)

No Brasil em 1964, instalou-se um estado autoritário cujo objetivo era por fim ao movimento de esquerda que suspende os direitos políticos, castigam intelectuais, políticos, trabalhadores e proíbe mobilizações por parte da sociedade.

Uma das principais características deste período, foi a transformação do Estado, que deixou de ser uma organização populista para tornar-se tecnocrática e centralizadora.

Durante o período de 64-84, nosso País tornou-se uma República Federativa, desta forma todo poder passou a concentrar-se nas mãos do Executivo Federal. A segurança nacional passou a ser eixo central de toda política, principalmente a

econômica. A política de massa é substituída pelo fortalecimento do Estado burocrático-burguês, ampliando-se a capacidade de intervenção governamental, excluindo os demais poderes, estados e municípios, a sociedade e as classes subalternas, das decisões que lhes dizem respeito.

Ocorre também, a intensificação do processo de internacionalização e modernização, surge uma tecnoburocracia estatal, privilegiando principalmente o planejamento, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular, a acumulação passou a pautar-se nas ações do Estado que continuou aumentando a chamada dívida social com a população brasileira.

O modelo econômico era concentrador e excludente, a direção política era autoritária levando o país as seguintes tendências: menosprezo pelas massas, valorização do capital estrangeiro e o desenvolvimento da política social como uma decorrência do setor econômico.

Em conseqüência, a renda média da população diminui e tem-se crescimento no número de desempregados, diante deste empobrecimento principalmente dos trabalhadores, as ações assistenciais eram utilizadas para amenizar a situação de vida dos mesmos.

Na área social ocorreu a expansão da Legião Brasileira de Assistência, com ampliação de sua estrutura e com a criação de novos departamentos, aumentando desta forma a implementação de programas e projetos, reproduzindo assim, sua ação por toda rede de filantropia, através de convênios.

Em dezembro de 64 é criada, em nível nacional, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor- FUNABEM, vinculado ao Ministério da Justiça, que posteriormente integrou-se ao SINPAS, denominado como organismo responsável pela Política de Atenção ao Menor.

Tradicionalmente as medidas tomadas para proteger o menor tinham caráter jurídico, mesmo com a promulgação do Código de Menores em 1927, que previa que o menor abandonado ou infrator deveria ter a proteção do Estado, esta situação não mudou, pois a atenção a este segmento sempre teve mais caráter policial e punitivo do que assistencial. A criação da FUNABEM foi uma tentativa de atribuir uma diretriz pedagógica e assistencial a esta área.

Em todas as instituições os benefícios, programas e projetos eram elaborados em gabinetes, criando-se assim com o racionalismo técnico, um ocultamento das situações de opressão e exploração social em vigor, onde na verdade, a aparência redistributivista, visava criar condições de acumulação capitalista. A partir de uma leitura crítica da sociedade, é que se passou a rever a prática do Serviço Social, de reprodução ideológica dos interesses do capital.

Surge então neste contexto, o movimento de negação das práticas institucionais, passando a valorizar as experiências alternativas de militância política, mas ainda assim as ações no social continuaram a ser essencialmente institucionais.

No final da década de 60, o desenvolvimento social passou a fazer parte do discurso dos governantes. As prefeituras passaram a implementar o atendimento no social, através dos serviços complementares ao próprio gabinete do prefeito, de secretarias afins, e até mesmo como setor independente.

Em 1966 tem-se a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que em 1977 amplia-se a proteção, com a formação do Sistema Nacional de Assistência Social (SINPAS).

Em 1966 também é formalizada esta atuação na área social através da Prefeitura de São Paulo que criou a Secretaria do Bem Estar Social. Já no âmbito Estadual o governo desenvolveu programas de Assistência Social, que inicialmente havia sido criada como Departamento de Serviço Social em 1935.

Em 24/01/67 ocorre a reformulação da Ordem Constitucional, sendo profundamente alterada em 1969.

A Constituição traz em seu artigo 165 a idéia de “melhorias da condição social” do trabalhador, através da criação de um conjunto de leis, que não se diferenciaram das leis de 1937 e 1946, tratando dos mesmos riscos já enfrentados, com exceção aos acidentes de trabalho, que não estavam presentes na lei de 46.

A Constituição de 67 introduz ainda, a redução de tempo de serviço para aposentadoria da mulher, para trinta anos de trabalho, com salário integral, e o salário família que passou a figurar na lei fundamental.

A década a seguir, foi caracterizada pela expansão acelerada da economia, que resultou no chamado “Milagre Econômico” dos anos 70, período que se

caracterizou pela necessidade de investimento no desenvolvimento e para tanto, mais uma vez o trabalhador foi extremamente explorado através do achatamento salarial, que acabou gerando a crescente pauperização da classe operaria e uma alta concentração de renda nas mãos dos mais ricos, aumentando assim a desigualdade social e por outro lado, dificultando a contenção da “questão social”.

Diante da realidade social tão precária, o presidente Médici adota um comportamento autoritário frente as expressões da questão social com um discurso para justificar a violência, a censura e a repressão as manifestações de opinião. Dando seqüência ao governo de Médici, Geisel edita o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, que inclui a problemática da Assistência Social no país, apontando a existência de focos de pobreza absoluta em algumas regiões, como no nordeste e a necessidade de superação desta situação. A partir deste se instala o Conselho de Desenvolvimento Social junto à Presidência da República e cria-se o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), que será responsável pela política de combate a pobreza. Estes atos demonstram que o governo começa a se preocupar com os problemas sociais.

O presidente João Batista Figueiredo, ao enfrentar reações contra o regime de ditadura e movimentações a favor da abertura democrática do país, assume uma postura ambígua ao defender e ao mesmo tempo refrear a democracia, pois na sua visão a democracia deveria ser recuperada de forma gradual e controlada.

Este período ditatorial gerou conseqüências desastrosas no país, ao invés de ocorrer a distribuição de renda discursada pelos governos em seus planos governamentais, ocorreu a concentração de renda, a diminuição do salário mínimo e tornou precária a condição de vida das classes trabalhadoras e médias.

Essas conseqüências políticas, econômicas e sociais fizeram necessária a participação de todo o país na busca de alternativas e enfrentamento. Desta forma a questão social é controlada pela coerção e violência em todos os governos, o conflito social é reprimido pela ideologia dominante enquanto caso de polícia, e a organização dos trabalhadores é dificultada, a “Lei de Greve”, de 1978 é extremamente dura.

De modo geral, os presidentes ditadores, em seus discursos, colocaram como objetivo maior de seus governos o “Bem-Estar” da população.

A Assistência Social assume cada vez mais, o caráter tradicional e manipulador através da expansão de numerosos programas sociais como de alfabetização pelo Mobral, complementação alimentar – PRONAM, formação de mão-de-obra – SENAFOR, casas populares – BNH-PLANAAP, formação da mulher, creches, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CNDS) e o Fundo de Apoio e Desenvolvimento Social (FAS).

“A assistência social segue então sua trajetória de política governamental de forma ambígua e nebulosa. Deixa de ser simplesmente “filantropia”, fazendo parte cada vez mais da relação social de produção e a modificando, como tem sido demonstrado historicamente”. Oliveira (1985) apud Mestriner (1992).

Com a criação de um aparato burocrático pesado, o estado com sua máquina administrativa acaba consumindo mais recursos e exercendo maior seletividade junto aos usuários. Estes organismos seguem a lógica do retalhamento social, onde cria serviços, projetos e programas para cada necessidade ou problema, tornando a prática setorizada, fragmentada e descontínua.

Dessa forma, o estado para descentralizar e ampliar suas ações assistenciais começa a se utilizar da rede privada através de acordos de parcerias inicialmente informais, mas posteriormente formados juridicamente, reduz a pó os poucos recursos aplicados a área, repassando para a rede de filantropia privada a execução dos seus programas através de convênios. É a partir de então, que o estado se posiciona apenas como colaborador passando o que é de sua responsabilidade para as entidades sociais e assumindo um novo papel de assessoria e supervisão, instalando assim, o modelo de assistência por convênios como sendo a forma de atenção do estado ao social.

Neste momento a instituição que mais cresce enquanto órgão executor é a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA.

A Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS - foi o órgão chave na formulação da política de ataque à pobreza prevista em decorrência ao Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND e

de responsabilidade do ministério. Esta política mobilizou especialistas, profissionais e organizações da área em um seminário visando subsidiar a iniciativa governamental, do qual resultou um documento que destacou a valorização de assistência social pelo MPAS e enfatizou a necessidade de um tratamento inovador nessa área, fugindo ao caráter assistencialista e de simples complementação da previdência, para isso eles consideravam a alternativa de adoção de um modelo de promoção social calcado em uma concepção de desenvolvimento social, em que os objetivos a serem atingidos não constituam simples consequência da política econômica, mas tenham sua validade justificada por variáveis de ordem social e humana. (CBCISS, nº 90, 1974).

A assistência continua associada à repressão e ao estado através de benefícios indiretos e uma série de isenções mantém seu apoio às instituições sociais: como exemplo, a Constituição de 1967 que prevê a isenção de impostos para instituições de educação e assistência social que não remunera a diretoria e que não possui fins lucrativos. O órgão que atribuía as subvenções para essas instituições era o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, caracterizado como espaço de clientelismo por ser irregular na atribuição de subvenções.

Essa legislação em seu perfil, demonstra contradição do estado na relação com a filantropia, pois o mesmo utiliza a lógica da concessão de benefícios para se manter no princípio da subsidiariedade, incentivando a sociedade civil na sua responsabilidade social.

No final dessa década de ditadura com o aumento das desigualdades e conseqüentemente a precariedade nas condições de vida, há por parte dos trabalhadores uma luta pelas condições de reprodução social, pela justiça e pelo direito, assim se dá o surgimento dos movimentos sociais. Nasce aí a discussão sobre os direitos humanos, sobre a exclusão da maioria da população brasileira no acesso aos benefícios e a urgência de políticas sociais para atender essa população. Também se discute a crise na saúde e a necessidade de estender a assistência social aos desempregados e aos sem condições de trabalho, que é o que veremos a seguir.

1.3.3 NA NOVA REPÚBLICA – DEFINIÇÃO DE NOVOS PRINCÍPIOS

O período denominado de “Transição Democrática” ou “Nova República”, que iniciou na década de 80, caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, e, em segundo por trazer uma concepção de proteção social para os direitos sociais e para as políticas concretizadoras desses direitos receberem atenção especial. É nessa época que pela primeira vez na história política do país a assistência social é incluída numa Constituição Federal na condição de componente do Sistema de Seguridade Social e de direito da cidadania.

Mas, foi nesse período que ocorreram significativos avanços políticos e sociais, os quais conferiram a década de 80 à “década da redemocratização”.

Graças a mobilização da sociedade, as políticas sociais tornaram-se centrais nessa década, o que gerou a promulgação da Constituição Federal de 1988.

É nesta Constituição de 1988 que ocorre a reformulação formal do sistema de proteção social, que incorporou valores e critérios como os conceitos de direitos sociais, seguridade social, universalização, equidade, descentralização político administrativa, controle democrático, mínimos sociais, dentre outros que passaram a ser categorias chaves na construção de um novo padrão de política social a ser adotada no Brasil.

O início a Proteção Social no Brasil se desenvolveu dentro da lógica capitalista esta mesma relacionada, com o processo de acumulação do capital e a forma de organização do trabalho, na qual se expressa a capacidade de reivindicação dos direitos dos trabalhadores junto ao Estado. Este sistema se configura de forma diferenciada do contexto internacional, devido suas condições históricas de dependência econômica e sua herança colonial. Segundo Potyara (2000), caracterizou um Sistema de Bem Estar Periférico, que não se apoiou firmemente nos princípios do pleno emprego e nos serviços sociais universais e por isso não foi capaz de criar uma rede de proteção para impedir a pobreza extrema da população.

Com a promulgação da Constituição, o país teve um avanço social considerável, nas áreas dos direitos trabalhistas, na educação, mas foi na esfera da

Seguridade Social que se avançou com a instituição de seu conceito na Constituição Federal e de suas políticas: saúde, assistência social de caráter distributivo e a previdência social de caráter contributivo.

Essas três políticas são um conjunto integrado de proteção social pública, que inovou o sistema de bem estar brasileiro, pois as mesmas são mecanismos imprescindíveis de concretização de direitos.

Contudo, é no campo da Assistência Social que a Constituição Federal de 1988 mais se diferenciou das Constituições anteriores, ao transformar em direito o que sempre fora tratado como favor e de reconhecer os desamparados como titulares ou sujeitos de direitos, rompendo desta forma, com a prática assistencialista herdada na era de Vargas.

A Assistência Social passa a ser amplamente debatida. A Legião Brasileira de Assistência passou a revisar sua atuação, através de debates de especialistas na área, desencadeando assim, pesquisas sobre a identidade das políticas sociais iniciadas por ela. É também neste período que ocorre a reativação da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Entram em questão os padrões de institucionalização da assistência social desenvolvidos pelos organismos públicos e reproduzidos pela rede privada. O aspecto desumano das burocracias e dos sistemas de seletividade passou a ser denunciado.

É durante este período que ocorrem as críticas aos grandes programas construídos em gabinetes, denominados de “Política de Bem Estar Brasileiro”, completamente desigual as existentes em outros países. Ficou claro, na discussão realizada a respeito da assistência que o aparato montado no país sustenta apenas ações pontuais, fragmentadas e emergenciais, cujo resultado é a exclusão dos mais pobres.

De acordo com Oliveira (1980) apud Mestriner (1992), a economia brasileira embora atravessada e trajetada por todos os meios de regulação monopolista, não chegou a mudar as relações sociais no interior do capitalismo, ficando assim evidente que a articulação dos organismos com a população é bastante frágil e intermediada por sujeitos de classe social diferenciada, ou seja, por entidade sociais

paternalistas e assistencialistas, ficando evidente a completa ausência do usuário no processo de construção e avaliação deste sistema. A partir deste contexto, tem-se a idéia do usuário como cidadão, e a questão do benefício como direito, surge desta forma a construção da Assistência Social enquanto mecanismo estratégico de acesso a bens e serviços, reconhecendo assim as possibilidades de resgatar a cidadania desses usuários.

Com a possibilidade da redemocratização e a instalação do governo provisório, legitima-se o ideário de uma proposta de uma Política de Assistência Social, como um conjunto de princípios da Nova Republica, como a democratização da gestão, a descentralização das ações, a modernização e racionalização gerencial, instituindo mecanismos eficazes de planejamento, implantação e controle das ações, transformando a fala institucional, pois se incorporou a noção de serviços como direitos sociais.

Para que a assistência se concretize enquanto direito e ampliação da cidadania, é necessária uma política de Assistência Social, que deve pautar-se em ampliar os direitos sociais da população não como forma de garantir o consumo individual de serviços, mas efetivando mecanismos que inscrevam e expressem interesses populares no espaço institucional.

Na fala institucional a nova diretriz da assistência passa a ser a modernização institucional, a descentralização, a municipalização e a escolha de novos parceiros na gestão e operação das ações. Como: associações comunitárias, movimentos sociais, etc.

Segundo Mestriner (1992), mesmo com essa reforma política não ocorreu mudança significativa para transformar o pobre pedinte em cidadão usuário, através da garantia de seus direitos básicos, pois esta reforma foi apenas uma reorganização administrativo isolada e parcial em cada uma das instituições do aparato estatal das Políticas Sociais, que não superaram as culturas institucionais consolidadas nas ultimas décadas, caracterizada como um atendimento conservador e tradicional a população. Essas transformações não chegaram ao centro dos problemas sociais, pois foram capazes de romper com o padrão anterior, marcado pelo excesso de centralização política e financeira ao nível federal das ações do governo, da

fragmentação e paralelismo institucional, do gigantismo, burocratismo e tecnocracismo.

“Em vez de descentralização, apenas desconcentração de serviços, em vez de municipalização, apenas transferência de encargos e responsabilidade.” (MESTRINER, 1992, p.83).

1.3.4 AJUSTAMENTO CONSERVADOR – DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE PERFIL NEOLIBERAL

Foi ainda no período da Nova República que se iniciou uma regressão política que propiciou as condições para a disseminação do ideário neoliberal no Brasil.

Para entendermos o ideário neoliberal, primeiramente é necessário analisar as características das políticas sociais do estado de bem-estar liberal.

No estado liberal não se admite o conceito de direitos sociais, ou seja, o direito de ter acesso aos bens sociais apenas por ser membro da sociedade, o acesso a esses bens, segundo a visão liberal deve ocorrer através do desempenho de trabalho ou o seu pagamento, e o Estado deve apenas garantir um nível mínimo de bem estar, somente àqueles comprovadamente indigentes.

Segundo Laurell (2002), na visão neoliberal o campo do bem estar social pertence ao âmbito privado, e suas fontes naturais são a família, a comunidade e os serviços privados. Por tanto o Estado só deve intervir com o intuito de garantir o mínimo para amenizar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir e para ter acesso a esses serviços públicos o indivíduo tem que comprovar a condição de indigência. Enfim o neoliberalismo opõe se radicalmente a universalidade, a igualdade e gratuidade dos serviços sociais.

“Dentro das estratégias concretas da implantação da política social neoliberal estão o corte nos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização.” (LAURELL 2002, p.167).

Este período na história da proteção social brasileira, foi o que mais incorporou as determinações externas de mudanças econômicas e políticas.

A ideologia neoliberal tem como tese central o mínimo de intervenção do Estado na sociedade e na economia, tal ideologia, alterou profundamente a articulação entre Estado e Sociedade no processo de proteção social, contribuindo assim, para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de uma considerável parcela da população.

A política neoliberal ao negar o conceito de direitos sociais, nega a responsabilidade do Estado na garantia à educação e à seguridade social baseado no princípio solidário, o qual se baseia na igualdade entre todos os cidadãos.

Essa política por negar o conceito de direitos sociais apresenta como característica a pobreza em massa da sociedade, o subemprego, o desemprego, os salários minúsculos, bem estar privado comprado no mercado, serviços públicos insuficientes, entre outros. Diante desta realidade podemos concluir que a perspectiva neoliberal não só nos distancia do universalismo dos direitos sociais como nos faz avançar em direção ao passado.

Para alcançar os seus objetivos o governo Collor usou medidas provisórias alegando emergência diante do quadro inflacionário e de crescentes dificuldades fiscais. Mas os projetos de Collor foram inviabilizados pela persistência da inflação e pela frenética prática da corrupção que o levou a ser destituído da Presidência da República em 1992.

O governo Collor é lembrado como o precursor “moderno” da desmontagem do “defasado” modelo nacional desenvolvimentista e da economia brasileira, suas ações criaram mais crise social e política do que real modernização administrativa.

O governo Collor foi o primeiro a adotar medidas liberalizantes de integração da economia nacional com a internacional através da suspensão de barreiras tarifárias para compras no exterior e para a importação, desregulamentação das atividades econômicas, privatização das empresas estatais e integração regional.

Suas ações governamentais provocaram a estagnação e a destruição do sistema de proteção social construído desde os anos 30. Alguns dos exemplos dessa tendência foram: a forte redução do gasto social federal, desarticulação das redes de

serviços, como resultado indireto da reforma administrativa do governo e como consequência direta dos cortes de programas sociais, principalmente no campo da assistência social; o retorno do clientelismo, veto do projeto de criação da Lei Orgânica da Assistência Social, entre outros.

Com a destituição do governo Collor, em 1993, assume o então vice Itamar Franco, cujo seu maior feito foi o controle da inflação por meio do Plano Real que adotou uma nova moeda – o Real.

Com o controle da inflação e estabilização dos preços, aumentou-se a capacidade de consumo, e a renda dos mais pobres melhorou nas regiões metropolitanas.

Foi no governo de Itamar Franco que ocorreu a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993.

Com o fim do governo de Itamar Franco foi eleito como Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), o qual teve como principal bandeira de sua campanha política a continuidade da estabilidade macroeconômica e reformas na Constituição Federal vigente.

Durante seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso, deu mostras de que tinha abraçado o ideário Neoliberal, pois os principais alvos de seu governo foram a redução da participação do Estado nas atividades econômicas e desregulamentação do mercado. Nesta perspectiva o Estado não mais teria funções empresariais, cedendo lugar ao mercado, nem assumiria o papel de provedor social, dando lugar para a iniciativa privada mercantil e não mercantil. No mais o país deveria abrir-se ao capital estrangeiro.

O governo conseguiu por fim a hiperinflação e a desestabilização dos preços, mas com grandes custos sociais, ficou claro que o governo elegeu a política monetária como sua prioridade, descuidando – se das políticas econômicas e principalmente das sociais.

Fez parte da política neoliberal em seu governo, o desmonte dos direitos sociais sacramentados pela legislação trabalhista, o desmoronamento do patrimônio público, por meio de um amplo processo de privatização e a retirada de apoio estatal a importantes setores produtivos, como a agricultura.

Foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária, como estratégia de combate à pobreza, a qual é deixada a sua própria sorte ou a boa vontade de grupos solidários. A que se desenvolver a idéia de uma comunidade solidária para se adaptar frente ao cenário proposto para a Assistência no Neoliberalismo.

A preocupação obsessiva do governo com a contenção do déficit público e com o equilíbrio orçamentário, deteriorou qualitativamente e quantitativamente o Sistema de Proteção Social construído no Brasil.

Na conjuntura do Brasil, o paradoxo em relação à seguridade social é grave, pois a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência é celebrada como direito social, porém na conjuntura internacional com a crise do Welfare State, vimos o sucateamento de tudo isso.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi um governo anti-social, que ao aderir as fundamentações do neoliberalismo, não se preocupou em garantir o mínimo de proteção social. Na verdade, a política de assistência social passou por diversas transformações que alteram profundamente o processo de atendimento da política e o seu conceito enquanto política, pois ao longo de sua trajetória histórica a visão conservadora da mesma enquanto favor foi sendo discutida e debatida pela sociedade, por profissionais e pelos governos, alcançando assim, um importante marco para a Assistência Social através da Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, instituiu-a enquanto uma política de direito social que foi regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social gerando assim, um importante avanço na concretização desta política, mas com a abertura para o Projeto Neoliberal no Brasil ocorreu um grande retrocesso na sua efetivação em relação ao que foi posto na Constituição, pois esta política Neoliberal nega os princípios fundamentais da política de assistência social que são: a universalidade, a igualdade e a gratuidade dos serviços sociais.

A Política Neoliberal defende também o mínimo de intervenção por parte do estado que na realidade deve ser o principal responsável pela efetivação e concretização da política de assistência social, modificando assim a estrutura da política de assistência.

A seguir, estaremos enfocando as configurações que a pobreza adquire na contemporaneidade e sua relação com o assistencial.

2 COMPREENDENDO A POBREZA E SUA RELAÇÃO COM O ASSISTENCIAL

2.1 DESFILIAÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

Para discutir a questão da pobreza no Brasil, é necessário considerar o conjunto das variáveis econômicas, políticas, sociais e culturais que se articulam na história brasileira.

Dentro do contexto capitalista, que gera efeitos destrutivos e avassaladores, quer expressos nas condições de trabalho, no desemprego, precariedade da saúde, no desconforto, nas precárias condições de habitação, na falta de escolaridade ou educação de má qualidade, a insuficiente alimentação e a resignação são alguns sinais que demonstram os limites da situação de vida dos excluídos e ou empobrecidos. E o quanto nossa sociedade se torna apática diante da pobreza, sem se preocupar com um verdadeiro enfrentamento da questão da pobreza⁷.

Infelizmente a presença do pobre tornou-se algo natural em meio a sociedade, concepção está que se manifesta na não efetividade e na despolitização das ações de enfrentamento a pobreza, resignando o mesmo a um lugar social, denominado de exclusão.

Nesta perspectiva estaremos abordando os desdobramentos da pobreza, através dos conceitos de desfiliação e desqualificação social.

Atualmente, temos vivenciado novas formas de exclusão devido o padrão de acumulação, o qual tem trazido conseqüências sociais gravíssimas, pois há o desenvolvimento rápido de novas tecnologias, novas formas de gestão do trabalho, e a internacionalização da economia.

No mundo da produção e da acumulação ocorrem transformações que refletem diretamente nas esferas do campo social, e está ocorrendo, se dá principalmente na esfera da vida privada das pessoas, com isto, um sentimento que

⁷ Segundo Yasbek (1993) a pobreza é reflexo das relações sociais vigentes na sociedade e não podem ser entendida apenas como privações materiais. Ela atinge outras dimensões da vida social, ou seja, o plano espiritual, moral e o político dos grupos submetidos aos problemas de sobrevivência. Para Martins (1991) pobreza é muito mais que falta de comida e habitação, é a carência de direitos, de possibilidades, de esperança. Considera vergonha essa forma de pobreza, que é a pobreza de direitos.

se torna presente é a insegurança, especialmente nas relações do mundo do trabalho.

Para Castel (1998) apud Santos (2004), hoje se coloca em evidencia no mundo do trabalho o enfraquecimento da condição salarial. As novas relações de trabalho que se estabelecem na sociedade acabam por promover o individualismo, porque a proteção social e contratual, que tinha como característica o coletivo, cada vez mais, está ruindo em face das novas formas de gestão na esfera do trabalho.

Entendemos que há uma crise na sociedade fundada no salário e no emprego, pois até a década de 70 se tinha um estado de bem estar fundado no pleno emprego, mas hoje o que temos é um retrocesso.

A mundialização dos mercados tem forte relação com o enfraquecimento do Estado Social, pois se tem uma fragilização do mercado interno e conseqüentemente uma crise do sistema de direitos sociais.

“O Estado-Nação que realiza subvenções para a produção e para o consumo não consegue mais responder de modo eficiente à ordem que começa a ser construída. Dessa forma esta sociedade construída em torno do trabalho encontra-se extremamente abalada.”

(Santos, 2004, p.32).

Com relação à situação descrita temos seu reflexo no emprego, e igualmente na precarização do trabalho, pois todas as forças do mercado produtivo estão voltadas para garantir condições de boa competitividade. Sendo assim, o trabalhador é tido como uma peça, que pode ser descartado conforme a necessidade do mercado, até mesmo aqueles que estão qualificados podem não conseguir. E o número de desempregados que tem um alto nível de qualificação vem crescendo cada vez mais. A terceirização também concorre para transfigurar as relações de trabalho que antes se fundavam em direitos, pois se dá através de sub-contratações, o que leva à desestabilização dos estáveis, a medida que trabalhadores podem ser demitidos e contratados, sem qualquer direito, por empresas terceirizadas, para exercer a mesma função e produzir o mesmo produto para a mesma empresa.

Segundo Castel (1998) apud Santos (2004), há três pontos importantes quando se pensa nas novas configurações do trabalho: o primeiro é a

desestabilização dos estáveis, que faz o universo do que se foi construído a partir da sociedade salarial. O segundo se refere à instalação da precariedade, que é o grande número de pessoas que tem a sua vida produtiva entre o emprego e o desemprego, e devido a esta situação a insegurança se torna constante, sobretudo para os jovens que buscam sua qualificação para adentrar no mercado de trabalho, e quando conseguem, deparam-se com empregos precários de pequena duração. O terceiro ponto é denominado pelo autor de déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, no sentido de que grupos de pessoas como os idosos, jovens ou outros, não vem conseguindo ocupar uma posição laboral incessantemente, assim como se prepararem para alcançar seu espaço. Tudo isso concorre para que surjam os inúteis para o mundo, entendidos como não integráveis.

Através desta abordagem teórica, percebemos que sendo inútil socialmente, este grupo de pessoas não estão apenas desintegrados do mundo do trabalho, estão desintegrados da esfera política e cívica. Existe uma perda de identidade social, porque essa identidade foi fundada historicamente na categoria trabalho.

Compreendemos que as relações sociais foram sendo construídas na ótica do trabalho, e a chamada precarização dessas relações tem gerado um processo de exclusão social gravíssima. Castel (1998) apud Santos (2004), considera complicado utilizar esse conceito para qualificar toda e qualquer situação social, sem que se avalie a especificidade de cada uma delas, porque as formas de como as pessoas enfrentam a exclusão não são uniformes e as trajetórias de suas vidas são diferentes, cada ser tem sua subjetividade e especificidade.

Na concepção de Castel (1998) apud Santos (2004), considera-se que: trabalho é um mecanismo integrador de sujeito no meio social, por tanto a sua inserção nas redes familiares/sociais está diretamente ligada a sua ocupação no mundo do trabalho, mas devido às precárias inscrições em espaço de trabalho ou o seu não trabalho, ele enfrentará uma fragilidade de relações. Conforme as diferentes zonas de relações sociais às quais um sujeito pode estar submetido: de integração, de vulnerabilidade, de assistência, de exclusão ou desfiliação⁸.

⁸ Segundo Castel (1998), desfiliação poderia ser trabalhado para mostrar que não equivale necessariamente há uma ausência completa de vínculos, mas também a ausência de inscrição do sujeito em estrutura portadora de um sentido.

O sujeito que passou por rupturas nas relações sociais estabelecidas na sociedade não fica simplesmente em uma categoria de exclusão, mas sim de desfiliação, pois durante sua trajetória de vida foi perdendo referências importantes, porque percorre um caminho que o leva para fora da zona de integração, onde passa a viver em situação de vulnerabilidade e alcança uma total desfiliação, o que implica numa inexistência ou inutilidade social.

Desfiliação em seu conceito busca resolver o emprego que se vem fazendo acerca de exclusão, quando se busca evidenciar que as pessoas sofrem perdas que as deixam cada vez mais vulneráveis aos riscos que se colocam no meio social. Tais perdas que levam à desfiliação são tamanhas que o sujeito perde sua capacidade de empregabilidade, as redes a que estava vinculado se romperam. Sendo assim, a degradação da condição de vida é mais profunda do que a perda de renda, isso devido a fragilização pessoal e social, que coloca o sujeito como um desfiliado.

De acordo com Yasbek (1993), a experiência gera ainda uma desqualificação⁹ dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais das “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe.

Para Paugam (2002) por ser considerado intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza possui um estatus social desvalorizado e estigmatizado, com isto, os pobres são obrigados a viver em situação de isolamento, tentando esconder sua situação de pobreza, buscando assim evitar humilhações e preconceitos que os impedem de ter acesso a uma melhor condição de sobrevivência.

No contexto econômico atual marcado por sua forte degradação do mercado de trabalho, o recurso destinado a assistência passa a atender uma crescente diversificação de pobres, de diversas categorias sociais e todos passam invariavelmente pelo processo de desqualificação social, que os leva a tornarem dependentes dos serviços sociais.

Esta desqualificação social corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população considerada pobre e o resto da sociedade. Segundo Simmel (1907) apud Paugam (2002), os pobres não são definidos a partir de suas

carências ou privações específicas, mas sim da necessidade de ser atendido pela assistência, ou seja, a pobreza não é definida a partir das necessidades dos cidadãos, mas de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas, o seu sentido é atribuído pelo conjunto da sociedade, é a sociedade que define quem é pobre e quem deve ser atendido pela assistência.

Ao ser considerada intolerável pelo conjunto da sociedade a pobreza assume um status social desvalorizado. É através do enfraquecimento dos vínculos sociais que a desqualificação social inicia suas duas primeiras fases, a da fragilidade e da dependência.

Isto se torna visível, por exemplo, nos indivíduos despedidos do seu trabalho, tal situação é incorporada como um fracasso profissional e os que não conseguem um primeiro emprego, passam a ter a consciência de distanciamento da maioria da população e passam assumir uma visão de inferioridade aos demais.

Uma outra expressão do processo de desqualificação social são as dos moradores de cidades ou bairros de má reputação, os mesmos preferem dissimular ou renegar o nome de seu bairro, por se sentirem humilhados ao serem igualados a pessoas as quais o descrédito e a má conduta de sobrevivência é do conhecimento de todos.

Quando esses indivíduos que sofrem com os efeitos da desqualificação social, são obrigados pela força da circunstância a pedir socorro aos serviços sociais, os sentimentos de inferioridade gerados por esta situação se torna tão forte, que os mesmos preferem manter distância dos assistentes sociais.

Eles consideram a necessidade de recorrer as redes de assistência como uma renúncia ao verdadeiro status social, ou seja, para eles esta necessidade os leva a assumir sua condição de pobreza e conseqüentemente o preconceito e a exclusão que tal condição irá gerar em suas relações sociais de sobrevivência.

Os desempregados que se encontram nessa primeira fase de desqualificação social se fecha no espaço familiar, passam a se sentir desanimados e a ter o sentimento de culpa e medo da situação que estão vivendo.

⁹ Segundo Paugam (1999) desqualificação social é uma forma de pobreza na qual os vínculos sociais vão sendo suprimidos, decorrendo isso também da precarização das redes de solidariedade estabelecidas na sociedade.

A desqualificação social é uma experiência humilhante, pois ela desestabiliza a relação do indivíduo com os demais, levando-o a uma situação de fragilidade que poderá levá-lo a uma fase de dependência, pois a precariedade profissional quando durável, gera uma diminuição da renda e uma degradação das condições de vida que pode ser, em parte, compensada pelos serviços sociais. As pessoas que passam pelo processo de desqualificação social procuram os assistentes sociais somente após um longo período de desânimo.

Esta condição de dependência é gerada pela degradação da saúde do indivíduo que passa a conviver com os resultados da desqualificação social.

Além da fase de dependência o processo de desqualificação, gera uma outra fase caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais, onde se cessam todos os tipos de ajuda, num momento em que as pessoas enfrentam todos os tipos de problemas em suas vidas. Elas deixam de ser amparadas pela proteção social e passam a conviver com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização.

Esta fase de desqualificação social é gerada pelo acúmulo de fracassos que levam as pessoas a um alto grau de marginalização. Sem uma perspectiva de vida, estas pessoas sentem-se inúteis para a coletividade e acabam procurando outros meios para compensar suas frustrações como o alcoolismo e a drogadição.

Muitos são marcados por graves rupturas sociais como aqueles que perdem emprego, moradia e acumulam inúmeros problemas sociais, que deixam de ser visto como enfraquecimento, pois são problemas que ocorrem com a ruptura de vínculos sociais, tais como a vida profissional, o relacionamento familiar, falta de moradia. Portanto, o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais são dimensões essenciais no processo de desqualificação social.

2.2 SUBALTERNIDADE COMO PRODUTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DESIGUAIS

Segundo Yazbek (1993), para explicar a mediação assistencial na conformação da identidade subalterna e a experiência de pobreza, exclusão e subalternização dos usuários de serviços sociais e assistenciais é preciso partir da questão no âmbito da regulação estatal no enfrentamento da pobreza na sociedade, dentro do complexo e desarticulado campo da política social no país, principalmente no campo da assistência social.

[...] A política social no Brasil tem funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodação das relações entre Estado e a sociedade cível, e desde logo, cabe observar que as políticas sociais no contexto das prioridades governamentais, nos últimos vinte anos, vem – se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos, configurando “o espaço excludente que marca os investimentos sociais do Estado.” Jacob (1989) apud Yazbek (1993)

Dentro deste contexto cresce a dependência, de segmentos da população, da intervenção do Estado no atendimento de suas necessidades, e o Estado por sua vez vem se revelando incapaz de modificar, o perfil de desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira.

Segundo Yazbek (1993), as ações das políticas sociais no país reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira, devido as características de políticas consideradas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos, geradas pelo caráter regulador da intervenção do Estado no âmbito das relações sociais na sociedade.

Para Sposati (1988), embora as políticas sociais brasileiras dentre elas, as de assistência social, no seu trabalho buscam conter e minimizar a acumulação da miséria através da ação de um Estado regulador acabam não dando conta de atingir esta finalidade, pois as políticas sociais brasileiras tem conformado a pratica do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, considerada como favorecedora ao mesmo tempo da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social.

O Estado na sua função de regulador apóia e financia através de instituições em seus programas e projetos a reprodução das relações sociais, viabilizando o processo cumulativo e a reposição das classes subalternas.

No Brasil, as políticas sociais, como vimos no capítulo anterior, caracterizam – se pela subordinação a interesses econômicos e políticos as formas de relações sociais pautadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país e essas relações passam a fazer parte também da política social brasileira. Desta forma, as intervenções no campo da política social, particularmente na assistência social vem se apresentando como espaço para a existência de práticas assistencialistas e clientelistas.

E nessas relações clientelistas não são reconhecidas os direitos dos subalternizados que são vistos como inferiores e sem autonomia, este tipo de relações fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito.

No atual sistema capitalista brasileiro, recorrem aos serviços sociais públicos tanto trabalhadores formais e informais, como os que estão excluídos do sistema de produção.

No país o crescimento acelerado da mão-de-obra, principalmente de baixa qualificação, constitui uma característica histórica no processo de acumulação e em relação à distribuição de renda, a presença dos que não possuem rendimento certo, confirmando a má distribuição de renda no Brasil. Dentro deste contexto a intervenção estatal no campo das políticas sociais e especificamente no âmbito da assistência, configura-se como resposta a miserabilidade da população.

O Estado torna-se um importante alvo das lutas por reconhecimento dos subalternos e excluídos e assume através das políticas sociais o papel de atenuar, através de programas sociais, os desequilíbrios no usufruto da riqueza social, entre as diferentes classes sociais, e também os possíveis conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida que são submetidas às classes subalternas.

Segundo Yazbek (1993), a pobreza constitui-se de um conjunto heterogêneo cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão social e na subalternidade. Ao analisarmos o aspecto da renda, nota-se que não importa se o trabalhador tem registro em carteira ou não, contrato de trabalho ou não, o que predomina são os baixos rendimentos que são insuficientes para o usufruto de melhores condições materiais. Considerando a exclusão e a subalternidade, verifica-

se que “a experiência da pobreza constrói referências e define um lugar no mundo”, onde prevalece a ausência de poder de mando e decisão, falta de acesso a bens materiais e a falta do próprio conhecimento dos processos sociais que esclarecem essa condição ocorrem simultaneamente as praticas de luta e resistência.

Embora a expressão “classes populares” apresenta uma amplitude em seu significado, podemos utilizá-la para nos referir aos indivíduos que sofrem com as condições de pobreza e subalternidade, pois a subalternidade, pobreza no Brasil se apresenta em diversas situações e se expressa em condições de vida multifacetadas com diversos níveis de consciência, representando o segmento da sociedade que vivenciam a situação de empobrecimentos e precárias formas de vida.

[...] analisando estudos e pesquisas recentes sobre as classes sociais no país constatam esse tratamento. Isto é, observam uma ruptura no sistema explicativo sobre a singularidade da dinâmica de classes subalternas no Brasil em que o reconhecimento e diversidade interna é fundamental. Estes estudos, que tematizam os trabalhadores urbanos e sua presença na sociedade brasileira, evidenciam que não temos no país uma classe trabalhadora homogênea. Sua diversidade, que resulta de experiências heterogêneas de dominação, aparece como expressão da própria diversidade de tempos contida no processo do capital. O conhecimento teórico a respeito dos grupos subalternos, apresenta-se, basicamente, como reconhecimento sobre essas classes e não reconhecimento das classes subalternas (grifos do autor). Paoli e Sader et al (1986) apud Yazbek (1993).

[...]Tal concepção deve ser revista quando o percurso metodológico é outro, não abstrato, histórico, quando se estabelece a gênese de cada relação social, o tempo de cada uma. E, conseqüentemente, quando se admite que tanto a relação social e datada quanto o conhecimento (e o auto conhecimento) a seu respeito é datado. Martins (1989) apud Yazbek (1993)

Cresce nos anos 80, as lutas sociais e a mobilização pela organização das classes subalternas ou trabalhadoras, que reflete, principalmente nas grandes metrópoles, pela politização nas fabricas, nos espaços de reprodução social e do reconhecimento de novos sujeitos sociais em suas diversas experiências. Contrapondo-se a essa organização, observa que não é um movimento de classe e sim de pequenos grupos isolados, gerando o enfraquecimento e a fragmentação da luta social, da luta coletiva e conformando grupos significativos a um lugar de desorganização, sujeição, buscando recursos ainda para sobreviver, sem consciência de sua condição.

Buscar através da assistência social compreender a realidade social das classes subalternas não é uma tarefa fácil, pois a pobreza se apresenta com várias faces, tanto no plano material, como moralmente, espiritualmente, etc. Para compreendê-la melhor, temos que nos debruçar sobre as relações sociais que constituem a sociedade capitalista.

Na concepção de Yazbek (1993, p.66) :

[...] a exclusão e a subalternidade, configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que os segmentos das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo de poder. Submerso numa ordem social que o desqualifica, num cotidiano marcado pela resistência, vai ai constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações.

A pobreza, exclusão e subalternidade são diretamente entendidas como fruto das relações de poder que se estabelece endógeno ao sistema capitalista, ou seja, a relação de dominação e dominados é estrutural, e infelizmente é visto como algo natural na vida cotidiana. Portanto reflete na própria formação social do indivíduo, que se expressa não apenas em aspectos materiais, econômicas, políticas, culturais, mas na postura dos próprios indivíduos espoliados, subalternos.

Conforme analisa Yazbek, partindo do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas, de qualquer modo, é possível observar nelas que as ações e as interpretações dos subalternos correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam nas relações sociais de classe.

Segundo a autora, para apreendermos a situação de privação social, econômica, cultural e política dos usuários da assistência social, temos que partir do pressuposto que as classes subalternas apresentam-se internamente diferenciada, ou seja, há varias faces da exclusão, pobreza endógeno ao conceito de subalternidade. Para explicar melhor este conceito, buscamos reproduzir na íntegra o texto abaixo mencionado por Martins (1989) apud Yazbek (1993):

[...] a categoria subalterno certamente é mais intensa e mais expressiva que a simples categoria trabalhador. O legado da tradição gramsciana que nos vem por meio dessa noção prefigura a diversidade das situações da subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política (...). Por isso mesmo, obriga-nos a fazer indagações sobre a reprodução ampliada da

subalternidade, sobre a multiplicação diferenciada dos grupos subalternos. Obriga-nos ter em conta que as esperanças e lutas dos diferentes grupos e classes subalternas levam a diferentes resultados históricos, porque desatam contradições internas que não são apenas contradições principais do desenvolvimento do capital, a oposição burguesia-proletariado. Nesta perspectiva, a subalternidade ganha dimensões mais amplas. Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política. A teoria da superpopulação relativa teria maior consistência se fosse melhor examinado o seu elemento central – a criação de excedentes populacionais úteis, cuja utilidade está na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho ao capital. E, ainda, meio de subordinação real do trabalho, mas por via de relações clandestinas.

Observa-se que a lógica da inclusão baseia-se num primeiro momento na exclusão do indivíduo e na não-participação ao acesso a um mínimo usufruto da riqueza socialmente produzida, ou seja, para que o indivíduo ou grupo subalternizado tenha a possibilidade de desfrutar de bens e serviços produzidos socialmente, deve-se atestar que o mesmo não tem condições por si só de ter esse acesso aos mesmos.

Subalternidade, portanto, trata-se de uma concepção ampla, pois tanto podemos incluir trabalhadores cuja renda seja insuficiente para prover suas necessidades, como aqueles grupos vulneráveis, devido o desemprego, a dificuldade de se ter acesso a meios de sobrevivência. Sendo assim, temos uma ampla parcela da população que se encontra imersa em suas diferentes necessidades, lutando pela sobrevivência no dia-a-dia da vida social.

Trata-se, portanto, de uma concepção ampla diversidade de características e interesses dos diferentes grupos subalternos tenderam a definir as classes subalternas como uma pluralidade de perspectivas, de ações, de estratégias, de interesses”. Pluralidade que “Põe em questão não apenas a exploração, mas também as diferentes formas assumidas pelo poder na vida cotidiana dos diferentes grupos e pessoas. Desse modo, ganham força e importância as injustiças e opressões cotidianas na formulação crítica da realidade e no desencadeamento dos movimentos sociais. Ganham força e importância as manifestações e expressões imediatas da acumulação e da dominação. Portanto, entram no âmbito do julgamento crítico não só a forma de exploração, mas a própria riqueza: não só a forma de dominação, mas o próprio poder”. Martins (1989) apud Yazbek (1993).

Buscamos assim considerar, as múltiplas e diferentes necessidades dos grupos subalternos bem como, suas fragilidades, seus limites, suas possibilidades e

a força que as constituem enquanto classe para analisar sua visão acerca da política de assistência social.

Segundo Yazbek (1993), uma sociedade marcada pela subalternidade, exclusão, as precárias condições de vida do subalterno estão carregadas de um patrimônio social e de relações sociais que, muitas vezes, vão cunhar e reiterar o lugar social do subalterno.

Para Yazbek (1993), os serviços assistenciais são compreendidos de duas formas, como ações de ajuda imediata individualizada, muitas vezes caracterizado pelo pronto socorro social, que destinam aos seus usuários recursos como cotas alimentares, medicamentos, auxílios financeiros e provisão de documentos etc, como também se efetivam através de uma rede de serviços e bens produzidos de forma compensatória, para a classe subalterna através de creches, núcleos de atendimento sócio-comunitário a crianças e adolescentes, internatos, programas de educação supletiva e profissionalizante, asilos, centros de reabilitação, programas de provisão de habitação, ações comunitárias, entre outros. Portanto os programas da área de assistência não se reduzem à distribuição de auxílios materiais ou orientações, eles são também programas de formação profissional e de geração de renda, programas sócio-educacionais e de atendimento a grupos específicos como crianças e adolescentes, idosos etc.

As ações assistenciais segundo Yazbek (1993), podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo, podendo ainda, ser tudo isso junto.

Na realidade quando se trata de usuários de serviços assistenciais, o que se vê muitas vezes é uma dependência quase que exclusiva dos serviços sociais públicos para sobreviver. Esses usuários convivem em um universo que denunciam sua pobreza e subalternização.

Os sujeitos que vivem em situação de exclusão buscam suprir as carências de sua condição de vida recorrendo a instituições, programas e serviços diversos que fazem parte da assistência e se destinam particularmente ao atendimento da população, muitas vezes excluída do campo das demais políticas sociais, desta forma, criam-se instituições, programas e serviços voltados especificamente aos

pobres, situação esta denominada, por Falcão (1989) apud Yazbek (1993) de Estado Marginal.

Segundo Sposati et al (1985) apud Yazbek (1993) a fragmentação da prática Assistencial se expressa assim, em um conjunto de atendimentos que se organizam a partir da “tipificação das carências, que os seguimentos demandatários da assistência social apresentam.

Este atendimento geralmente é efetivado numa visão individualizante e competitiva sem ter uma ação conjugada e abrangente na direção do enfrentamento da questão em sua totalidade.

Os atendimentos destas instituições são limitados devido a circunstâncias em que foram criadas, pelas necessidades históricas que se propõem a atender através de programas sociais isolados e difusos que não dão conta de atender o conjunto de carências acumuladas gerando desta forma, uma situação de exclusão e de humilhação para os usuários dependentes desses serviços que acabam não tendo a possibilidade de superar esta condição de pobreza e subalternidade.

É comum os usuários vincularem a assistência e ajuda ao constrangimento resultante deste processo, pois esses usuários de serviços assistenciais se caracterizam, geralmente por ter níveis de renda muito baixos, sendo assim, classificados como “pobres” e desprestigiados na sociedade. Desta forma, eles rejeitam a condição de “necessitado”, “assistido” por se tornarem alvo de ajuda, mas ao mesmo tempo reconhecem a sua impotência devido as condições de carência em que vivem assim esses usuários recebem a contragosto por ser entendida como ajuda e não como serviço a que tem direito pois esta situação confirma a situação de subalternidade em que vivem .

Segundo Santos (1980) apud Yazbek (1993) para esses usuários a assistência recebida com a noção de ajuda que expressa situação humilhante e difícil, pois além de precisar buscar essa ajuda, ou seja, pedir. Ainda são submetidos à triagem o que reforça ainda mais esta situação de humilhação. Além disso, a relação estabelecida entre o que busca a assistência e os representantes do saber e do poder institucional coloca o assistido em posição subalterna, pois são obrigados a cumprir determinações para receber a “ajuda” solicitada.

Os usuários sabem que a assistência somente o atende em situações de maior necessidade, para minimizar suas carências mais graves, dando-lhe as sobras de uma riqueza que ele não participa. A assistência não transforma sua condição de pobreza e nem lhe dá a condição de superar tal privação, principalmente material.

Para muitos a situação de pobreza em que vivem, a exclusão e a subalternização contribuem para que os mesmos tenham um perfil alienado e leva-os a assumir uma posição de objeto. Yazbek (1993).

As instituições que atuam na área da assistência apresentam-se como benevolentes, assistenciais, promocionais e como já foi citado, exigem um conjunto de requisitos para que o usuário obtenha o benefício ou a ajuda que oferecem. Para a instituição a imagem ideal da clientela é ser cordata, conformada, submissa. Santos (1980) apud Yazbek (1993).

Na sociedade capitalista em que vivemos, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também do conhecimento necessário para conhecer a sociedade em que vivem e a situação em que se encontram. Yazbek (1993).

Na relação estabelecida entre a condição subalterna e as ações assistenciais, e para serem atendidos cabe-lhes assumir sua condição e submeter-se ao saber e o poder técnico-científico especializado que vai atender suas necessidades, devendo assim, seguir as ordens da instituição que presta o serviço que ele busca.

Este processo produz, a desqualificação dos usuários Yazbek (1993) “que acabam sendo submetidos moralmente, não tem seus direitos garantidos e se tornam objeto de benevolência do Estado.

A forma como são tratados pelos serviços assistenciais e a representação dos usuários desses serviços leva-os ao campo do não saber.

A assistência desenvolve funções de adaptação de seus usuários à sociedade em que vivem. Essas funções podem se tornar recriadoras do processo de subalternização e alienação a que são submetidos os seus usuários.

Mas contraditoriamente a política social e assistência apesar de sua funcionalidade para atender os interesses capitalistas, atende as demandas das

classes subalternas, dando-lhes acesso aos serviços e recursos ofertados direta ou indiretamente pelo Estado.

“Assim, a assistência constitui espaço público de reconhecimento, e forma de pertencimento social dos subalternos, enquanto significa uma instancia em que seus interesses e projetos são reconhecidos como demandas legítimas.” Telles (1990) apud Yazbek (1993).

A partir dessa contradição das ações assistenciais de reguladora do processo de reprodução social das classes subalternizadas e excluídas e como resposta as reivindicações e direitos da mesma acaba gerando uma simultaneidade de representações das ações assistenciais para os seus usuários que acabam entendendo como ajuda e não como direito.

Segundo Yazbek (1993) é importante ter claro que a assistência social cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade, e intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação. Ela se constitui, entretanto, também num espaço onde estão expressos interesses contraditórios visto que, tanto os interesses dos grupos dominantes como os dos subalternizados, estão presentes.

O Estado brasileiro não só tem sido cúmplice nesse padrão que mantém a subalternidade, como seu agente, pois as práticas assistencialistas, fundadas no favor, tem se destacado na prestação de serviços sociais.

As lutas no plano do direito estão voltadas para melhorias salariais e para defesa de postos de trabalho, ou seja, estão fundadas na esfera do trabalho.

As formas de mascarar a realidade de exclusão que grande parcela da população esta submetida nada mais são que um modo de manter o campo das políticas sociais como não direito, assim, evitando que a população passe a reivindicar aquilo que lhe tem sido negado.

3 CONSTRUINDO O PERFIL DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA DO JARDIM MORADA DO SOL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

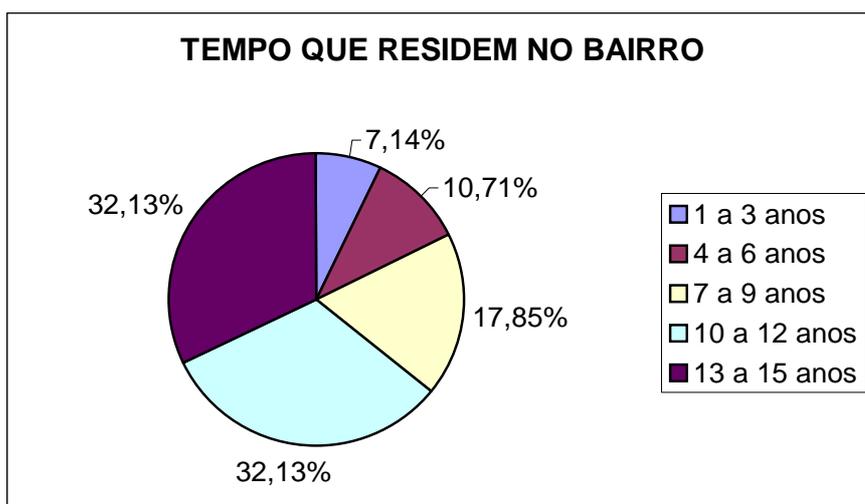
A presente pesquisa foi realizada no jardim Morada do Sol, em região periférica distante 5 km do limite urbano do Município de Presidente Prudente, que possui uma população aproximada de 1000 famílias.

O objetivo é compreender qual a visão que o usuário da assistência social tem acerca da mesma. Para alcançarmos este objetivo selecionamos um total de 30 famílias através do Centro de Educação para Cidadania do Jardim Morada do Sol, onde são realizados os serviços prestados pela assistência social. Pois nos possibilitará a obter elementos que caracterizem o perfil destes usuários.

Para que fosse possível construir este perfil procuramos levantar aspectos que caracterizam a população, tais como: tempo que residem no bairro, situação habitacional, infra-estrutura, lazer, transporte, situação profissional, questão do trabalho, tempo de desemprego, escolaridade, habilidades profissionais, composição familiar, estrutura familiar, famílias com membros portadores de deficiência (PPDS), problemas de saúde, renda familiar total, renda de projetos, renda per capita, necessidades que recorreram a assistência, perspectiva para o futuro.

Iniciamos a abordagem do perfil através do tempo que residem no bairro, vejamos o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1



Com relação ao tempo em que residem no bairro constatamos que 64,26% que residem há mais de 10 anos, relatam que no início da formação, o bairro não tinha uma estrutura, como diz o depoimento E12:

“Pra gente ir de um lugar pra outro tinha que ir pelo meio do mato, pois as ruas não tinham formas”

O depoimento do E1 também constata como era o início do bairro:

“Quando eu mudei para cá era mato puro e boi, tinha poucas casas, eram de madeira igual a minha”. **(sic)**

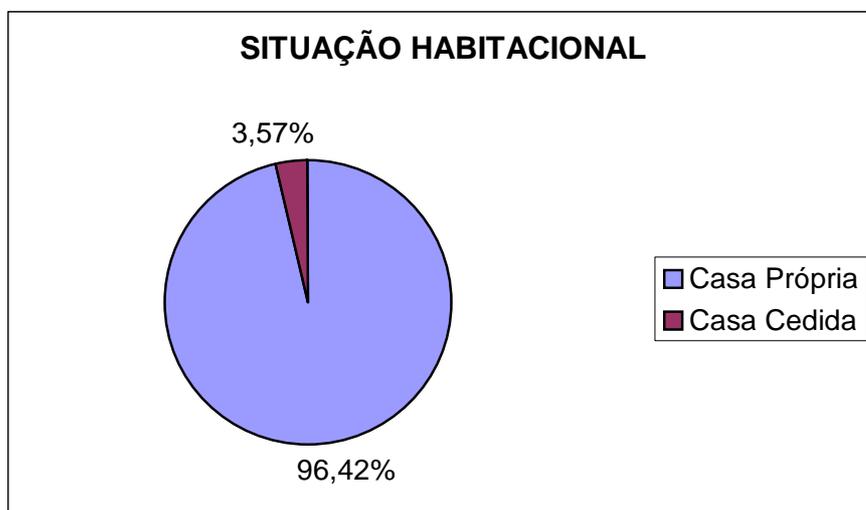
O depoimento do E14 também demonstra a mesma situação:

“Era pouca casa, agora já tem bastante, umas era de material, outras de madeira, ô di lona”. **(sic)**

Já os 7,14% que residem no bairro entre 1 e 3 anos, relatam que tiveram dificuldade em se adaptar ao bairro, devido sua localidade, pois como vimos, este bairro encontra-se a 5 Km do limite urbano. O depoimento do E9 evidencia esta dificuldade:

“No começo foi difícil para me acostumar, aqui não tem uma farmácia, uma padaria, um mercado. A gente tá longe de tudo, a distância é muito grande, né? Hoje já tá melhorando, progredindo, as casas estão se desenvolvendo”. **(sic)**

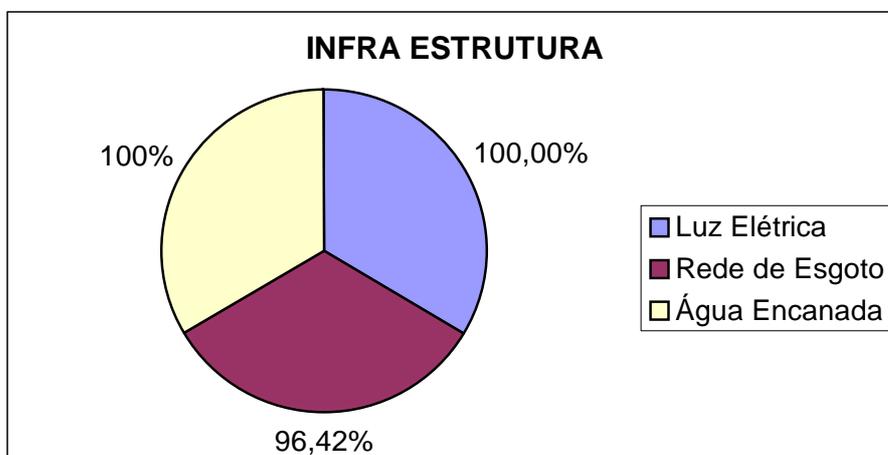
GRÁFICO 2



O gráfico acima demonstra a situação habitacional, onde 96,42% possuem casa própria, adquirida em função de doações de terrenos e de cesta de materiais de construção, fornecidas pela Secretária de Habitação, ajuda de familiares e doações de instituições beneficentes. Sendo que outros 3,57% possuem casa cedida. Apesar das moradias serem próprias, constatamos que as mesmas estão em condições precárias, pois possuem chão de contra piso e as paredes ainda estão sem acabamento.

O gráfico abaixo demonstra a questão da infra-estrutura:

GRÁFICO 3

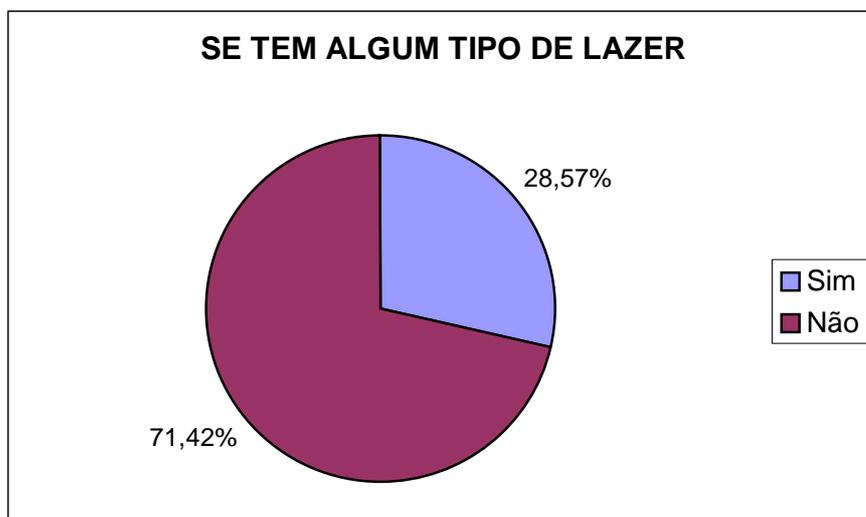


Constatamos que 96,42% possuem rede de esgoto e outros 3,57% não possuem, utilizando-se de fossa. Com relação a água encanada e energia elétrica todas as casas possuem. Nos depoimentos verificamos que para eles [moradores do Km 7] a questão da infra-estrutura é a que obteve maiores mudanças e melhorias. Constatamos isso no depoimento do E10:

“Agora tem água, luz, esgoto, ônibus, ta melhorando, né! Porque antes não tina nada”. **(sic)**

No que diz respeito ao lazer, o gráfico abaixo demonstra que:

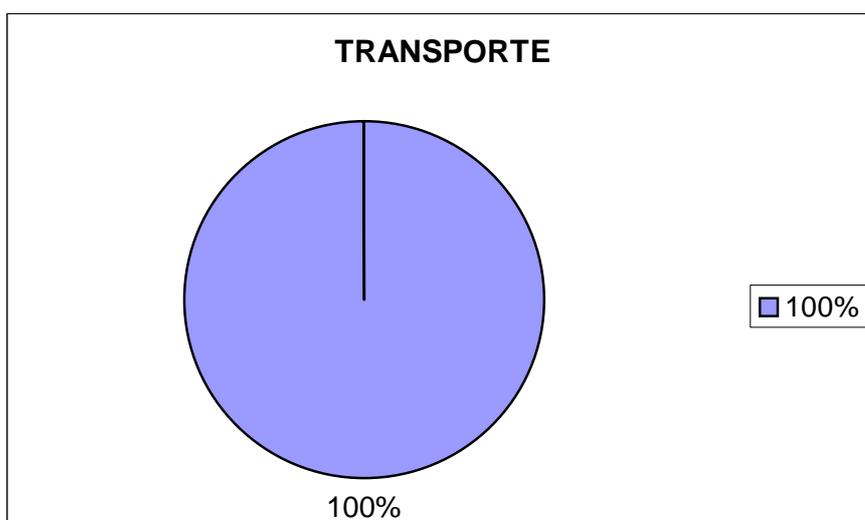
GRÁFICO 4



Verificamos que 71,42% não têm nenhum tipo de lazer, primeiramente porque o bairro não tem uma infra-estrutura, e em segundo eles [os moradores do Km 7] não possuem condições objetivas (financeiro). Com relação os 28,57% pontuaram ter algum tipo de lazer como: a sua própria casa, a igreja, passeio em outro bairro.

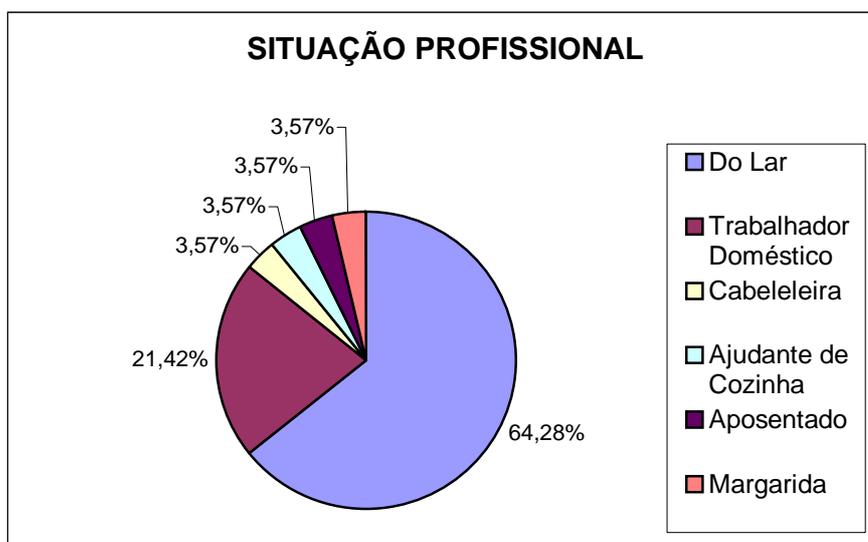
No que se refere ao transporte, dependem exclusivamente do transporte coletivo, e quando não têm condições para pagar a passagem, utilizam como meio de transporte bicicleta, carona, ou a pé. Vejamos o gráfico a seguir :

GRÁFICO 5



Quanto à situação profissional identificamos:

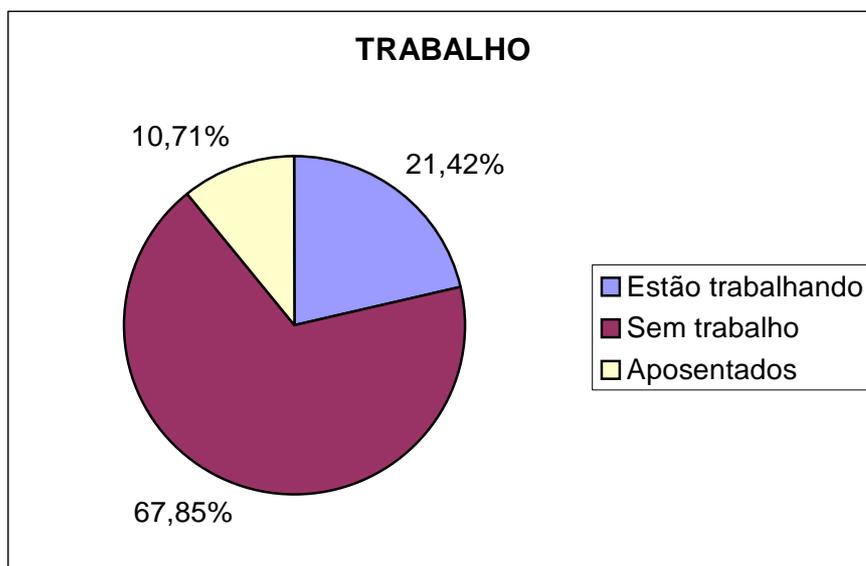
GRÁFICO 6



Percebemos o quanto a população está desqualificada profissionalmente, pois aqueles que se encontram no mercado de trabalho exercem ocupações que não exigem uma mão de obra qualificada. Além da situação de desqualificação profissional que essas pessoas vivem, analisando o gráfico acima, constatamos também que 64,28% declaram que são do lar, porém salientamos que estas mulheres relataram não poderem trabalhar por terem crianças pequenas. Como o bairro não oferece creche, a única opção que essas mulheres têm, é ficar em casa com os filhos. Diante desta dificuldade em relação a creche, constatamos que a situação de pobreza só se agrava, pois as mulheres não têm como auxiliar seu cônjuge na renda e manutenção das necessidades da família, tendo assim que recorrer a assistência social como forma de suprir suas necessidades.

O gráfico abaixo, nos demonstra a situação do trabalho, onde:

GRÁFICO 7



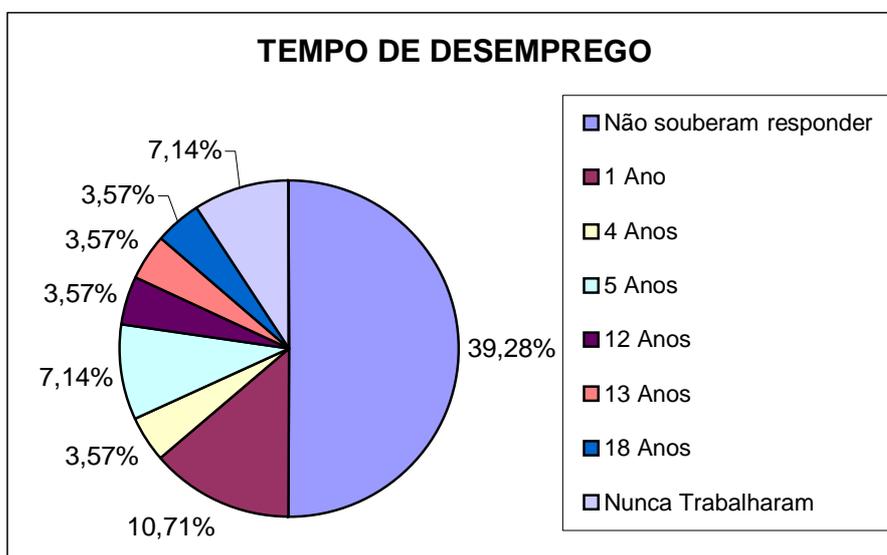
Constatamos que dos 21,42% que estão trabalhando, 14,28% trabalham formalmente e 7,14% estão trabalhando na informalidade. Os dados demonstram que maior parte dos moradores estão em situação de desemprego, totalizando 67,85%, sendo que 10,71% são aposentados e dentre estes que são aposentados

3,57% se aposentou por tempo de serviço; outros 3,57% por invalidez e 3,57% recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com relação aos 67,85% que se encontram desempregados, nos reportamos à reflexão do Capítulo 2, quanto às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, face a ordem neoliberal e processo de globalização, que cada vez mais vem produzindo o desemprego, a precarização do trabalho e a terceirização.

O gráfico a seguir apresenta o tempo em que estão desempregados:

GRÁFICO 8

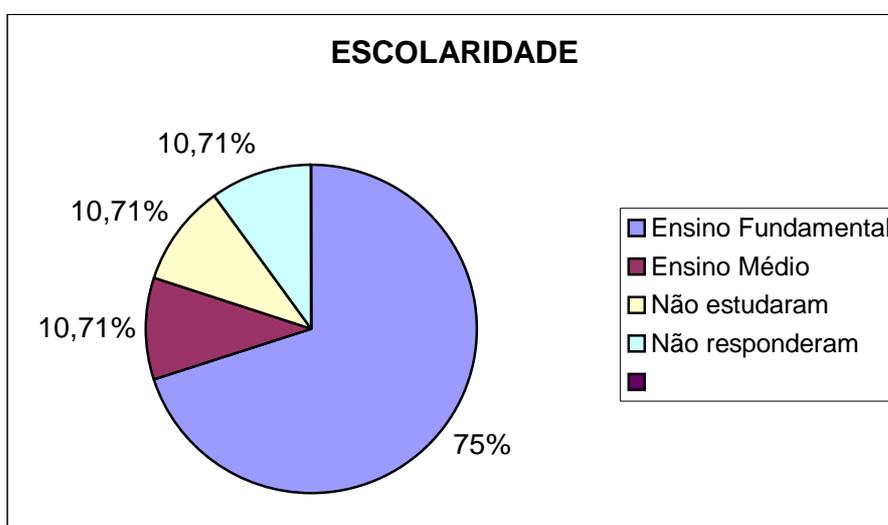


O que mais nos chamou a atenção é que 39,28% dos entrevistados não souberam precisar o tempo que estão desligado do mercado de trabalho, ou seja, perderam a noção do tempo, o que caracteriza um estágio avançado da desfiliação e da desqualificação social, pois como abordamos no capítulo anterior, as relações sociais foram sendo construídas na ótica do trabalho, e a sua não inserção o tornará um ser inútil socialmente. E ainda, aqueles que estão há alguns anos desempregados, ao tentarem se inserir novamente no mercado de trabalho, sofrem com o preconceito, como relata o depoimento do E1:

“Viver aqui é bom, pena que existe muito preconceito, por exemplo, se eu vou em um lugar e meu marido vai arrumá emprego e fala que é daqui do 7, ninguém qué pega a gente, então a gente dá outro endereço, acho que este preconceito existe por causa da fama do bairro que é muito ruim”. (sic)

No que se refere à escolaridade, o gráfico a seguir mostra que:

GRÁFICO 9



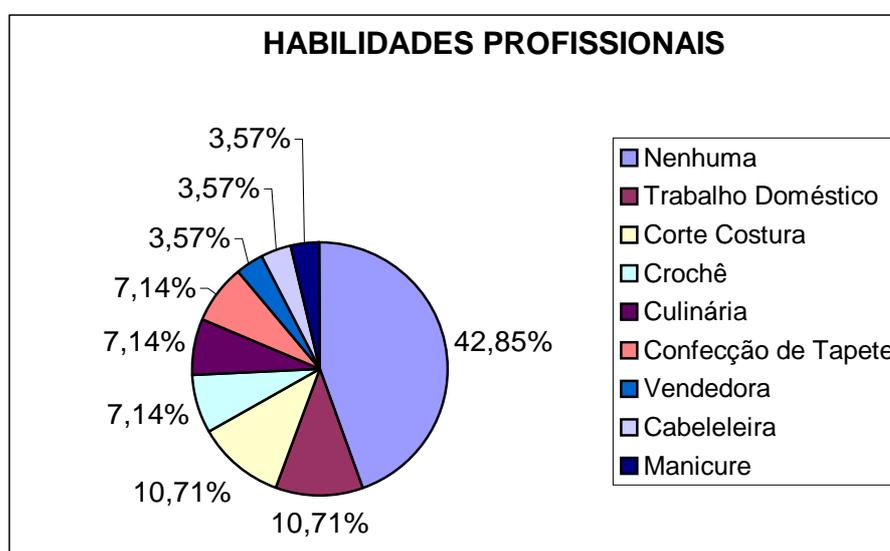
Há uma população com um baixo grau de escolaridade, composta por analfabetos e semi analfabetos, observamos ainda que, 10,71% não responderam por recusa, sem apresentar motivos conhecidos.

Segundo Castel (1998) apud Santos (2004), devido as novas relações de trabalho que se estabelecem na sociedade, acabam por promover o individualismo, sendo assim, cada individuo torna-se responsável por si, e é responsável por sua inserção no mundo do trabalho, e aqueles que não se encontram qualificados vão sendo colocados fora da sociedade. Fica claro a dificuldade que enfrentam os entrevistados, e o retrato desta situação, numa sociedade cujo o Estado tem um mínimo de intervenção, em função do ajuste provocado pela Política Neoliberal como vimos no capítulo 1.

O gráfico a seguir refere-se à questão das habilidades profissionais, ou seja, o que sabem fazer além do exercício profissional. Segundo o Dicionário Aurélio

(2002), Habilidade, em seu conceito expressa: qualidade de hábil; Qualidade de hábil: notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para arte e capacidade psicomotora. Vejamos o gráfico:

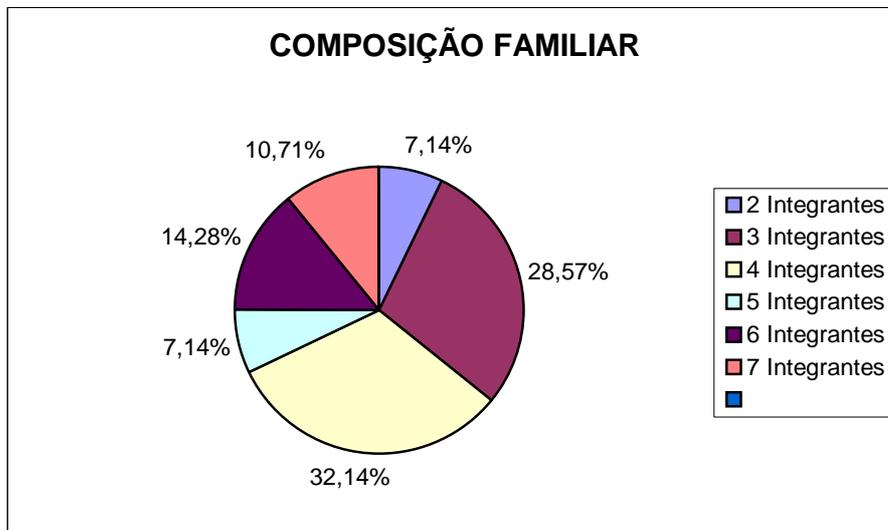
GRÁFICO 10



Analisando o gráfico acima, com 42,85% constatamos que os entrevistados estão cada vez mais distantes de se reinserirem ou de se inserirem no mercado de trabalho, que hoje exige profissionais polivalentes, dotados de qualificações. Apenas 7,14% apresentam mais de uma habilidade.

Com relação à composição familiar, o gráfico abaixo demonstra que:

GRÁFICO 11

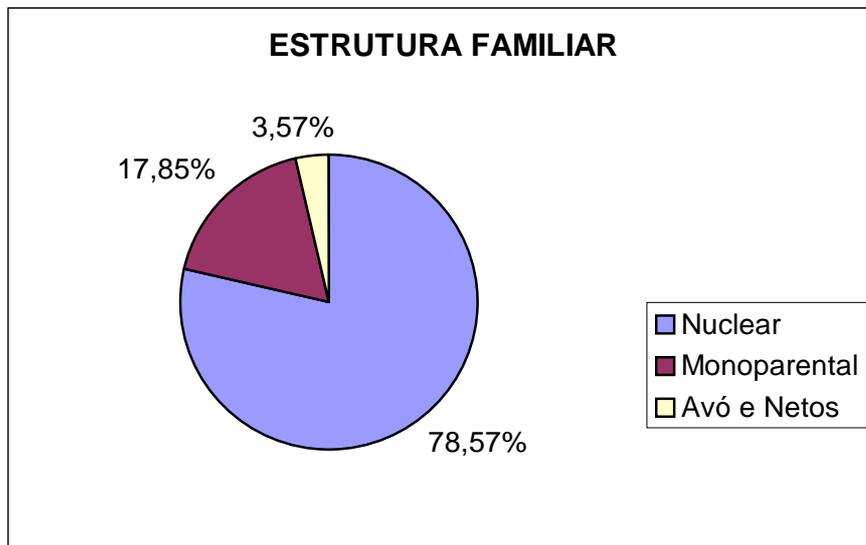


Constatamos em relação a composição familiar, que as famílias entrevistadas já apresentam um certo controle em relação ao número de filhos, ou seja, já não se vêem mais aquelas famílias com grande números de filhos, como antigamente. O que revela uma preocupação com a qualidade de vida, como revela o depoimento do E25:

“Ah! Eu penso assim em melhorá de vida, se entendeu? Arrumá um serviço, dá pró meu filho o que eu não tive, que é isso que meu marido pensa também, dá pro filho dele o que ele nunca teve, entendeu? Ah! Assim, pode coloca ele numa escola, assim dá um futuro melhor pra ele, como é que eu posso dizer? Garantir o futuro dele financeiramente também, porque é muito importante, dá uma faculdade, é isso que eu vejo pro futuro”. **(sic)**

Em relação à estrutura familiar:

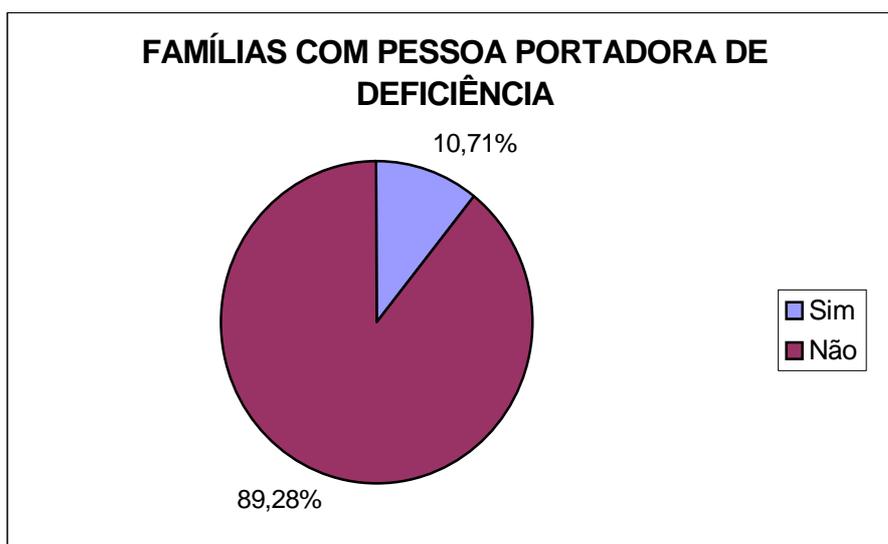
GRÁFICO 12



Verificamos conforme o gráfico acima, que das 28 famílias entrevistadas 78,57% caracterizam-se por famílias nucleares (composta por pai, mãe e filhos); 17,85% são monoparentais (composta por um dos pais e filhos) e 3,57% é composta por avó e netos.

O gráfico abaixo demonstra o percentual de famílias com Pessoa Portadora de Deficiência:

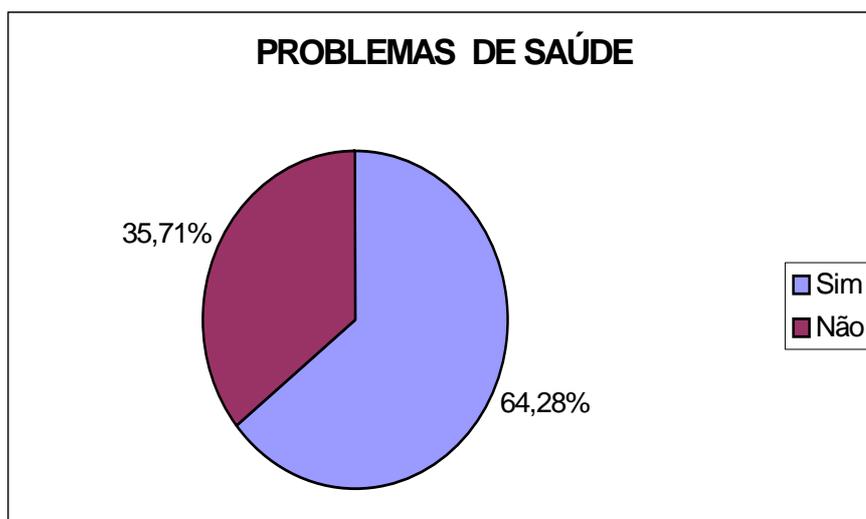
GRÁFICO 13



Dos 28 entrevistados, 10,71% apresentam Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) na família, sendo que deste percentual apenas 7,14% possuem Benefício de Prestação Continuada, e 3,57% não recebe benefício.

No que se refere a situação de saúde:

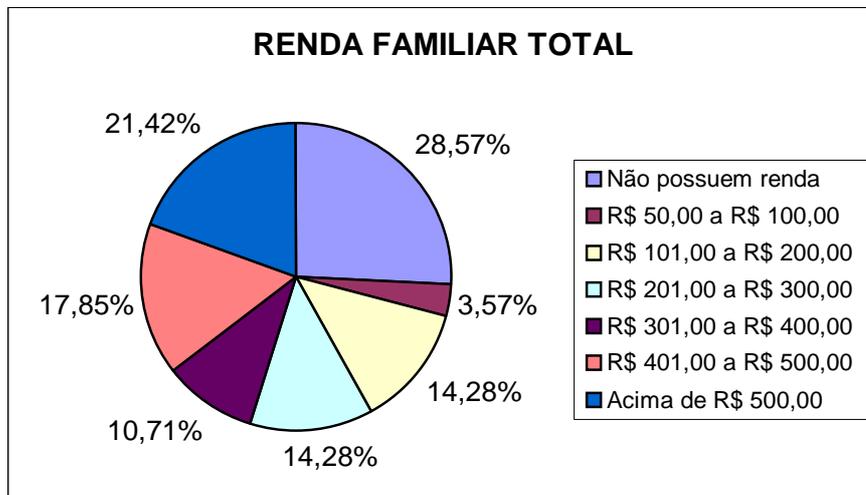
GRÁFICO 14



Constatamos que 64,28% apresentam algum tipo de problema de saúde, conforme depoimentos, a maior incidência é de Hipertensão, seguido de Diabete, gastrite, problemas de coluna e outros.

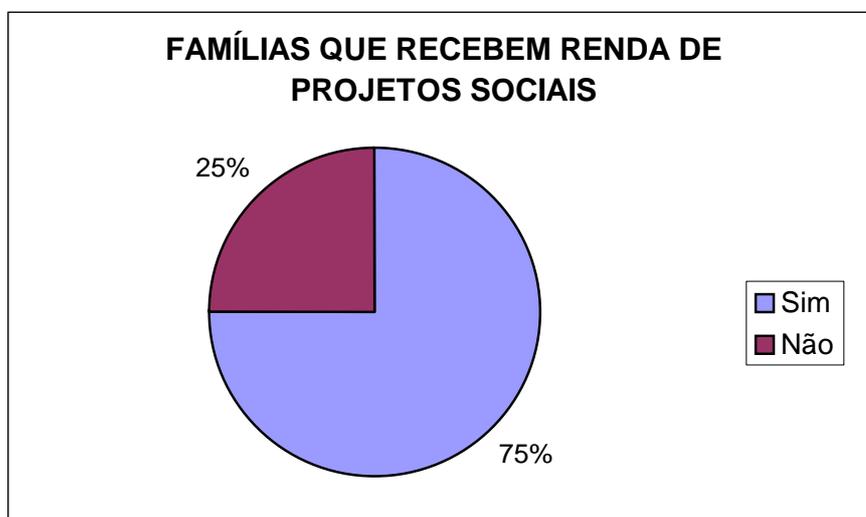
No que se refere à Renda Familiar Total, o gráfico abaixo destaca que 28,57% não possuem renda, caracterizando uma situação de pobreza extrema, que são efeitos da desqualificação social, gerando assim uma dependência dos serviços assistenciais, como abordamos no capítulo 2.

GRÁFICO 15



Constatamos que essas famílias têm um complemento significativo em sua renda, através da renda de projetos sociais em que estão inseridas, como demonstra o gráfico abaixo:

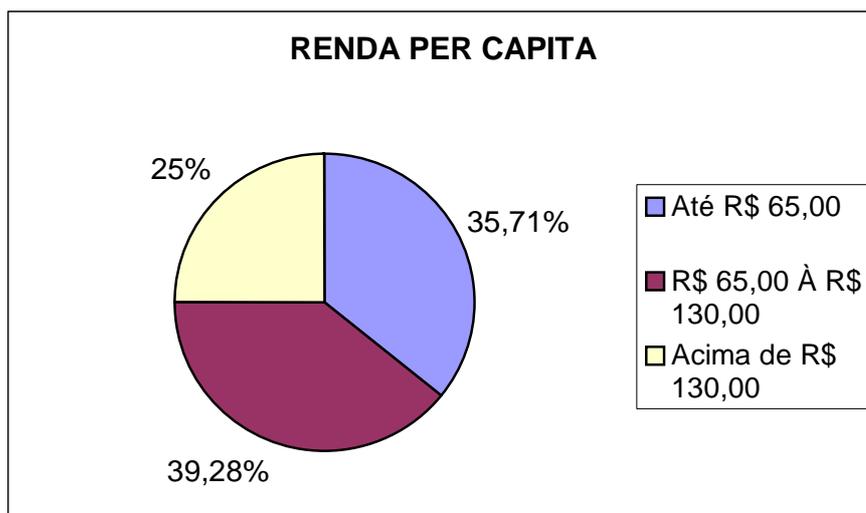
GRÁFICO 16



Verificamos que 75% das famílias dependem deste complemento, o que segundo Yazbek (1993) podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo, podendo ainda, ser tudo isso ao mesmo tempo.

Para definirmos a renda *per capita*, somamos a renda familiar apresentada no gráfico 15 e a renda dos projetos sociais conforme destacamos no gráfico 16.

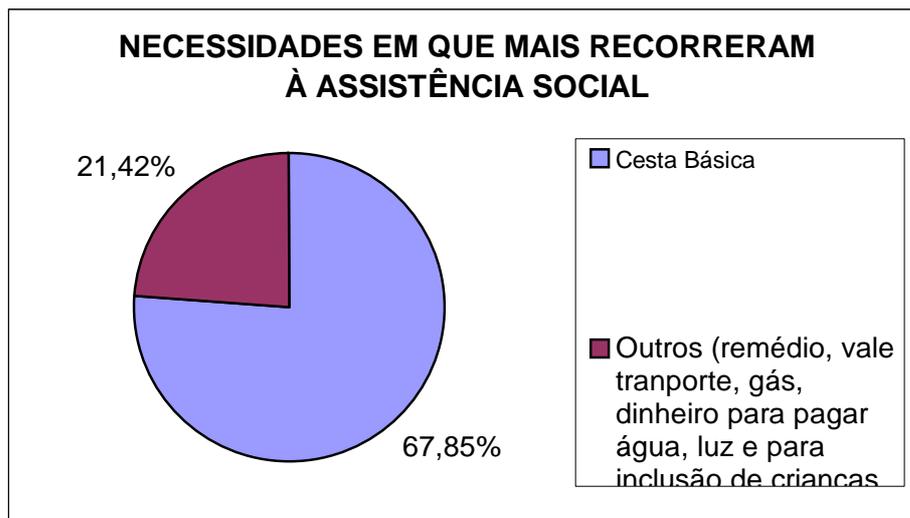
GRÁFICO 17



Segundo Sposati (2001), No Brasil, pratica-se um duplo reducionismo para a definição de linha de pobreza. Usa-se como referência o valor de uma cesta básica do trabalhador. Considera-se como linha de pobreza o valor de uma dessas cestas básicas, apesar de que nas referencias internacionais esta seja a linha de indigência.. A Linha de pobreza supõe a equivalência à renda per capita de duas cestas básicas.

Quanto a questão das necessidades em que as famílias mais recorrem à assistência, constatamos que 21,42% foram para adquirir a cesta básica, e 67,85% para outras necessidades como remédio, gás, dinheiro para pagar água, luz e para inclusão de crianças no projeto Criança Cidadã. O que segundo Yazbek (1993), caracteriza-se como ações de ajuda imediata e individualizada, que se efetiva através de uma rede de serviços e bens, produzidos de forma compensatória.

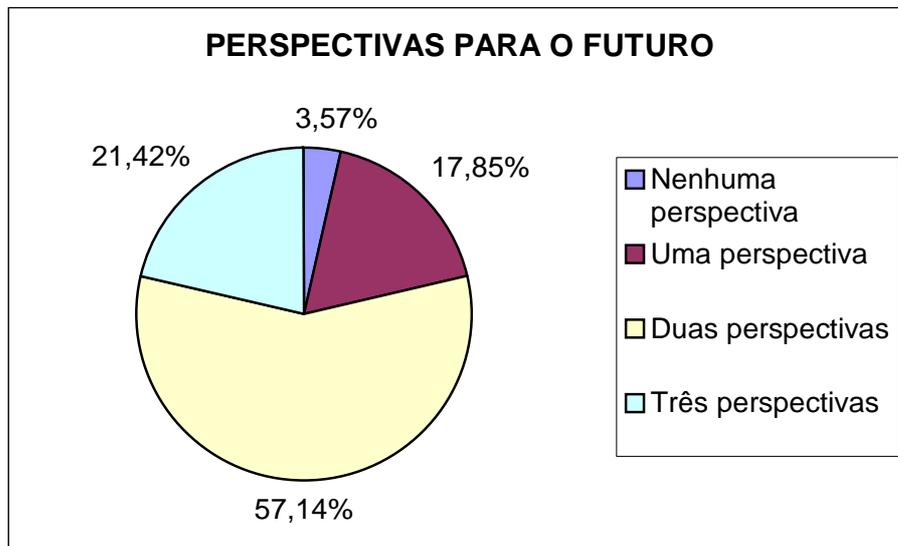
GRÁFICO 18



Em relação à perspectiva para o futuro, destacamos o gráfico abaixo:

Verificamos que 3,57% dos entrevistados não apresentaram nenhuma perspectiva em relação ao futuro, sendo que, os outros percentuais apresentam mais de uma perspectiva, que variam entre: melhorias no bairro, melhorias na habitação, melhorias na qualidade de vida, na reinserção no mercado de trabalho e conclusão dos estudos.

GRÁFICO 19



Analisando os depoimentos dos entrevistados, constatamos que os mesmos manifestam o desejo de romper com a realidade em que vivem, o que se torna um fator relevante para que alcancem estas mudanças, conforme relatado no depoimento E9:

“Penso nos meus filhos quando fala em futuro, pra que eles estarem amparados, terem sua própria casa, uma boa profissão. E sonho em fazer um curso de corte costura e de culinária, e desejo que este bairro cresça e desenvolva cada vez mais”.

O perfil delineado nos caracteriza o entrevistado. A seguir, trataremos de aprofundar o conhecimento das condições de pobreza em que vivem.

3.1 O OLHAR DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA DO JARDIM MORADA DO SOL: A CONFORMAÇÃO DA DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E DESFILIAÇÃO

A questão da pobreza no Brasil está fortemente relacionada com a degradação do mercado de trabalho, como vimos no capítulo anterior, tal situação leva os cidadãos a viverem em precárias condições de vida, devido a organização capitalista do mercado de trabalho, que exige do trabalhador uma qualificação constante, excluindo aqueles que não possuem condições e meios para responder essas exigências, gerando assim o aumento da diversificação de pobres, que passam a depender dos serviços sociais por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, passando dessa forma pelo processo de desqualificação social, que gera no usuário o sentimento de inferioridade, incapacidade e preconceito dentro da sociedade.

Na pesquisa realizada no km 7 esta situação de inferioridade e de preconceito fica clara nos depoimentos dos entrevistados:

“Viver aqui é bom, pena que existe muito preconceito, por exemplo, se eu vou em um lugar e meu marido vai arrumá emprego e fala que é daqui do 7, ninguém que pega a gente, então a gente dá otro endereço, acho que este preconceito existe por causa da fama do bairro que é muito ruim.” (E 01) **(sic)**

A mesma situação evidencia-se no depoimento E18:

“Eu tenho que menti porque se falo que moro aqui eles não dão uma chance, fala que aqui só mora vagabunda, ladrão e um monte de criançada, então tenho que menti mesmo”. **(sic)**

A discriminação é ressaltada no depoimento do E24:

“Pra procurá emprego não consegue, a má fama de algumas pessoa não ajuda muito, muita gente acha que aqui é tudo favelado, que não tem gente direita, os otros bairros também discrimina nós”. **(sic)**

Analisando os depoimentos E1, E18 e E24, vimos que as expressões da desqualificação social se manifestam através do preconceito e da discriminação, pois a desqualificação social pressupõe a forma como a sociedade se organiza e se relaciona, ou seja, a própria divisão de classe já é uma manifestação de organização, em meio à classe trabalhadora temos a presença de “sub-classes”, ou seja, aqueles que não conseguiram se reinserir ao mercado de trabalho sofrem com a discriminação, caracterizando o primeiro processo da desqualificação, onde o sujeito é fragilizado devido sua “incapacidade de manter-se produtivo”, isto é, o problema do desemprego ou da dificuldade de se manter empregado, torna-se um problema individual, psicologisa-se o problema, como se a culpa fosse do sujeito e não do sistema no qual ele vive.

Os depoimentos a seguir, demonstram a discriminação que os moradores do Km 7 sofrem ao buscarem os serviços públicos:

“Eu gosto de morar aqui, acho que é a gente que tem que fazê o bairro melhorá, pros otros de fora. Eles discrimina a gente, porque se eu falo que moro aqui os otros maltrata a gente, no hospital quando eu vô levá as crianças eu falo qui moro aqui, daí eles vira a cara e faz cara ruim. Prá que esse preconceito contra nós?”.
(E3) **(sic)**

O que se destaca também no depoimento E7:

“Tem muito preconceito, quando a gente vai no hospital, no postinho e a gente fala que mora aqui eles discrimina a gente e atende com mau gosto. Mas mesmo assim eu gosto de mora aqui”. **(sic)**

Embora os serviços públicos sejam direito de todo cidadão, não é o que constatamos nos depoimentos acima, pois estes moradores não são reconhecidos como cidadãos.

E não é apenas nos espaços institucionais que os usuários sofrem discriminação e são desvalorizados. A discriminação também se evidencia no que diz respeito à questão do trabalho como vimos no gráfico 7, que 67,85% estão em situação de desemprego, pois a identidade desses sujeitos foi fundada na categoria trabalho, como discutimos no capítulo anterior, sendo assim, ao serem desligados do mundo do trabalho eles passam a serem vistos como seres não integrados e inúteis. Quando há a tentativa de se reintegrar ao mercado de trabalho, acabam sendo censurados e não têm uma oportunidade, e mais uma vez sofrem preconceito.

Conforme o depoimento E5:

“Eu gosto de viver aqui, mas existe o preconceito, eu quase não saio, uma vez eu fui atrás de serviço, mas vieram com a desculpa do ônibus, que era longe, só que eu não dô outro endereço como muita gente faz, acho que eles têm que dar emprego prá gente que mora mesmo aqui, prá gente não fica mentindo”. **(sic)**

A questão do preconceito é ressaltada no depoimento E18:

“Tem demais [preconceito], por causa se você vai na cidade caçá emprego, se fala que mora aqui, as firma fala que você não vai dá conta de chega no horário. Então você tem que menti que não mora aqui prá consegui emprego”. **(sic)**

Conforme o gráfico 8 verifica-se que 39,28% dos entrevistados perderam a noção do tempo que estão fora do mercado de trabalho, o que agrava a questão do preconceito.

Esses sujeitos passam a sofrer perdas que os deixam cada vez mais vulneráveis, pois perdem a capacidade de empregabilidade e para sociedade se tornam seres quase inexistentes.

Além da exigência de qualificação, o trabalhador sofre com o preconceito do estigma de ser pobre e de morar em um bairro distante e mal falado, o que automaticamente o exclui do mercado de trabalho. E desta forma passam a ter uma dependência dos serviços prestados pela assistência. O gráfico 16, nos demonstra o grau de dependência das famílias em relação à renda dos projetos sociais, ou seja, que 75% das famílias dependem do complemento fornecido pela Assistência Social

Esta situação é constatada no depoimento E11:

“Sinto medo, porque se eu não for atendida, o que eu vou fazer, se não tenho a quem recorrer”.

Esta situação como já discutimos no capítulo 2, demonstra que a pobreza hoje se configura como desqualificação social e desfiliação, e como veremos a seguir, demonstra também a face da subalternidade.

3.2 A SUBALTERNIDADE COMO FACE DA POBREZA

Os depoimentos de alguns dos usuários dos serviços prestados pela assistência, levam-nos a compreender como se sentem ao recorrerem a estes serviços, quais os sentimentos que lhes são gerados, pois, como aponta Yazbek (1993), refletem na formação social do indivíduo, expressa nas faces materiais, econômicas, culturais, política e também na postura dos próprios indivíduos, caracterizados pelo lugar que ocupam nas relações de classe. Os depoimentos coletados fornecem dados empíricos baseados na realidade de cada um, que tem em comum a pobreza e juntamente a subalternidade.

Este sentimento evidencia-se nos depoimentos dos entrevistados E2, E4:

“Acho que é uma humilhação, que se agente pudesse mesmo, a gente não pediria ajuda, eu acho que é muita humilhação. Se eu pudesse eu

não pediria ajuda pra ninguém, não tem coisa melhor do que você ter seu serviço, ter o dinheiro pra pagá suas conta, não precisá de ninguém”. (E2) **(sic)**

“Senti muita vergonha de procurá ela [assistente social], mas eu tava precisando muito”. (E4) **(sic)**

A questão da subalternidade leva o indivíduo a se auto-discriminar dada às condições de pobreza que se encontra.

Esta situação se apresenta no depoimento E6:

“Tinha preconceito no começo, mas não era o povo de fora, era os próprios moradores que se achavam inferiores aos outros de fora, acho que em todo lugar que as pessoas moram é elas quem fazem a cara do bairro, se você que mora aqui discrimina, os outros de fora também vão discrimina.” (E6)

Dos 28 entrevistados, 13 manifestaram esse sentimento de vergonha e de humilhação ao precisarem dos serviços da assistência.

A condição de vida precária gera nos indivíduos um sentimento de inferioridade perante a sociedade. Estes enquanto usuários da assistência não a vêem como um direito, mas sim como um favor, o que reforça a situação de subalternidade.

A assistência enquanto favor, se destaca no depoimento E1:

“Ela [Assistente Social] me ajudou na hora que eu mais precisei, né? a gente fica feliz, né? Eu fiquei com um pouco de vergonha porque eu não sou de ficar pedindo as coisas”. (E1) **(SIC)**

Segundo Santos (1980), apud Yazbek (1993), para esses usuários, a assistência recebida com a noção de ajuda, expressa situação humilhante e difícil, pois além de precisar buscar essa ajuda, são submetidos à triagem o que reforça ainda mais esta situação de humilhação. Além disso, a relação estabelecida entre o que busca assistência e os representantes do saber e do poder institucional coloca o assistido em posição subalterna, pois são obrigados a cumprir determinações para receber a “ajuda” solicitada.

Como vimos no capítulo 1 devido as relações clientelistas, os direitos dos subalternizados não são reconhecidos, os mesmos são vistos como inferiores e sem autonomia, este tipo de relação fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem àquilo que é direito.

Contatamos isto no depoimento E11:

“Sinto triste por não ter uma condição melhor e não dá conforto pros meu neto, mas eu preciso, eu não vou robá então procuro ajuda dela [Assistente Social]”. **(sic)**

Nos depoimentos dos entrevistados E5, E7, E10, E13, E22 esta situação se destaca ainda mais:

“Eu sinto vergonha, acho que não é obrigação dela [Assistente Social], ela faz um favor muito grande para nós, eu agradeço a Deus por ela [Assistente Social] me ajuda”. (E7)

“Me sinto bem, pois sou bem atendida e recebo ajuda dela [Assistente Social]”. (E10)

“Pra mim é uma ajuda, a Assistente Social ajuda os que mais precisa, ela é assistente social e o trabalho dela é ajudá a gente, ela ajuda porque ela quer ajudá, senão ela não ia ajudá ninguém não”. (E5) **(sic)**

“Nóis tem e nóis precisa desse direito, mas o que ela [Assistente Social] tá fazendo uma coisa por nóis, na minha opinião não tem nada que paga o favor que ela faz pro povo aqui”. (E13) **(sic)**

“Procuro a assistência sempre que preciso, procurei agrada a assistente social, gosto de participa, acho que ela ajuda quem participa, ela nunca me viro as costa”. (E24)

Esses depoimentos demonstram a personificação das ações assistenciais, e contribuem para que a assistência perca sua referência, enquanto política pública de direitos sociais e do caráter profissional do Assistente Social, ao considerar que o profissional oferece ajuda devido a sua vontade pessoal, descaracteriza-se ainda mais a dimensão política deste serviço, porque confere ao profissional o poder de decidir a quem o serviço será prestado, gerando assim a impossibilidade de reivindicar maior acesso aos serviços, e melhoria no atendimento, por que perdem sua conotação de direito, pois é visto como uma ação pessoal, individualizada do profissional.

Segundo Yazbek (1993), isto se caracteriza desta maneira, devido a forma com que os serviços assistenciais se configuram, ou seja, através de ações de ajuda imediata e individualizada, muitas vezes tido como um “pronto socorro”.

Outro depoimento que nos chamou atenção é o E15, e nos remete à reiteração da subalternidade:

“Agora mesmo quando o meu marido sofreu acidente eu tava sem nada dentro di casa, né. Ele fico três mês sem sair nada pra ele [não recebeu o Auxilio Doença por Acidente de Trabalho da Previdência social], e eu fui lá na Assistente Social, e ela me arrumo uma cesta básica pra mim, então isso ajudou muito”. (E 15)

No depoimento acima, verificamos que a Previdência Social, enquanto política que deve garantir um rendimento que substitua o salário, quando este se interromper pelo desemprego, por doença ou por acidente, não o faz tão rápido quanto necessário ao trabalhador e sua família. Como abordamos no capítulo 1, segundo Faleiros (2000), para falar da Previdência Social enquanto segurança social, ou seja, segurança de um rendimento mínimo e que esse rendimento mínimo deve vir associado a providências capazes de fazer cessar, tão cedo quanto possível a interrupção dos salários.

Portanto, a Previdência Social deveria ser uma segurança ao trabalhador, para não ter seu salário interrompido nos momentos em que estivesse vivenciando alguma das situações citadas acima. Não acontecer, como no exemplo do E15, em que seu marido sofreu um acidente, afastou-se do trabalho, e ficou 3 meses sem receber o seu Auxílio Doença por Acidente de Trabalho da Previdência Social. Durante esse tempo ficou desprovido de suprir as necessidades de sua família, restando à família apenas recurso da assistência para buscar a satisfação de suas necessidades. Esta situação não deveria ter ocorrido dessa forma, pois a Previdência enquanto uma política que substitui o salário deveria fazê-lo de imediato e não depois de 3 meses de espera.

A situação de dependência que muitos usuários tem dos serviços da assistência, decorre da necessidade para sobreviver, devido a falta de renda, conforme vimos no gráfico 15, 28,57% das famílias não possuem renda e não tem nenhum outro recurso, e como demonstra o próximo depoimento o mesmo por não ter acesso a estes serviços fica a mercê da ajuda de terceiros.

“Agora é uma mão de obra pra mim, porque de primeiro vinha [a cesta básica], a gente dava o nome aqui, né. E agora não, agora a gente tem que descer lá perto da Guarda Mirim [Secretária de Assistência Social], e não é sempre que a gente tem dinheiro pra gente í. Oh ! tem tempo memo que eu fico sem nada aqui, e eu não consigo por que também ainda sozinha num dá, eu não posso sair assim de a pé sozinha, porque dá crise ni mim, tem vez que eu caio em qualquer lugar, então tem tempo que eu vivo com as [ajuda] das minha vizinha memo”. (E22) **(sic)**

Vimos no capítulo anterior que em se tratando de usuários de serviços assistenciais, muitas vezes tem-se uma dependência quase que exclusiva dos serviços sociais para sobreviver. Segundo Yazbek (1993), os sujeitos que vivem em situação de exclusão buscam suprir as carências de sua condição de vida recorrendo à instituições, programas e serviços diversos, que fazem parte da assistência e se destinam particularmente ao atendimento da população, muitas vezes excluídas do campo das demais políticas sociais.

Os depoimentos apontam para uma reflexão sobre o papel das políticas sociais, no Brasil elas sempre se desenvolveram de forma compensatória atenuando os conflitos existentes entre o capital e o trabalho.

No campo da política de assistência social não foi diferente, porém a política de assistência apresenta aspectos peculiares, pois a assistência social nasce vinculada a Igreja, cujas práticas assistenciais desde a Colônia sempre cunharam um sentido de caridade, benevolência para com os mais pobres. Embora a assistência social tenha ganho legitimidade, enquanto política social de direito e de cidadania, com a Constituição Federal de 1988 e com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, ela ainda não conseguiu efetivar-se enquanto política social, portanto direito social.

Assim, as ações assistenciais são vistas como favor, como benevolência de pessoas caridosas e bondosas como mostram os depoimentos a seguir:

“Eu vejo que é um favor que a gente recebe muito grande, pois a Assistente Social não tem obrigação nenhuma em nos ajudar” . (E4)

“Uma coisa muito boa, que ajuda as crianças é uma graça de Deus, pois alimenta, educa e só faz o bem, ajuda bastante a gente.” (E11)

Está explícito nos depoimentos a visão que os usuários tem acerca da política de assistência na lógica do favor, o que reitera a subalternidade. Considerando a visão do usuário da assistência, vemos que a mesma, enquanto política, não conseguiu avançar para que se efetivasse o direito, pois enquanto a assistência

social não for reconhecida como direito social do cidadão, ela continuará produzindo a subalternidade e a alienação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe em seu bojo uma análise da percepção que os usuários do Centro de Educação para a Cidadania tem a respeito da Assistência Social, dentro da lógica do direito ou da lógica do favor.

Para buscarmos esta compreensão nos reportamos ao desenvolvimento da Proteção Social e nela a Assistência Social, ou seja, a forma como a mesma se configurou no Brasil desde o Período Colonial até a contemporaneidade. Neste processo constatamos que a Assistência Social foi sempre tratada como favor, benesse e como um mecanismo do Estado para diminuir os conflitos entre as classes sociais. Somente com a Constituição Federal de 1988 a Assistência Social foi legitimada como política social de direito de cidadania e regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Mesmo com este avanço, a assistência social não consegue se efetivar, isto em função da abertura do país ao Projeto Neoliberal, que tem como estratégia o mínimo de intervenção do Estado, corte nos gastos sociais públicos, a centralização dos mesmos em programas seletivos contra a pobreza, e a desestruturação do mundo do trabalho, o que gera os novos contornos da pobreza.

Ao nos referirmos aos novos contornos da pobreza, utilizamos as categorias de desfiliação e desqualificação social, que nos permitiu compreender como a pobreza se manifesta hoje, mediante a desestruturação do trabalho e o seu rebatimento na vida das classes subalternas, constatamos que os reflexos da mesma é mais perverso a esta classe que encontra-se desprovida de qualquer qualificação profissional, baixa escolaridade.

A superação da pobreza diante destas condições se torna mais complexa, pois o indivíduo que já está excluído socialmente, sendo que o processo de desfiliação e desqualificação o leva para uma zona de vulnerabilidade maior, levando-o a recorrer a Assistência Social como meio para suprir suas necessidades, podendo gerar ma relação de dependência. Verificamos que está relação de dependência dos serviços sociais reforça reproduz a condição de subalterno, impossibilitando o usuário da Assistência Social a superar sua percepção na lógica do favor.

Considerando os aspectos da desfiliação e desqualificação, verifica-se também a questão da subalternidade, pois além do indivíduo perder os vínculos com a sociedade o mesmo é excluído do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Entendemos então, que a subalternidade deforma a identidade do cidadão, pois o indivíduo ao perder sua capacidade produtiva perde também sua referência na sociedade capitalista, influenciando assim na formação social do indivíduo que expressa não apenas em aspectos materiais, econômicos, culturais, políticos, mas principalmente na postura do indivíduo subalterno. Postura esta que leva o indivíduo a não compreender a assistência social enquanto direito social.

Em relação a subalternidade, constatamos a ausência de consciência de classe, pois os problemas sociais são individualizados, fragmentados, perdendo a conotação de uma situação que a classe subalterna vivência, produzindo assim

endógeno a esta classe o preconceito, a discriminação, o sentimento de inferioridade, que limita a consciência de classe, e fragmenta a classe subalterna, minando assim a sua força de luta e resistência.

Desta forma concluímos através da pesquisa realizada com os usuários da Assistência Social do Jardim Morada do Sol (Km7) do Município de Presidente Prudente, que os mesmos não compreendem os serviços sociais prestados pela assistência como sendo direito social, mas sim de ajuda e favor. Indo mais além, através da análise dos dados, identificamos que a grande maioria dos entrevistados, ou seja, a maioria compreende a assistência social na lógica do favor.

A hipótese de que a percepção do usuário acerca da assistência social se cunha na lógica do favor foi confirmada através da pesquisa realizada, constatamos que a herança histórica de como a assistência social se configurou não possibilitou ao usuário compreendê-la enquanto direito social. Como fruto desta não compreensão de direito social o sentimento de subalternidade está presente na vida social, o que dificulta ainda mais o rompimento da classe subalterna com essa visão de favor.

Consideramos, para que haja uma ruptura com a compreensão que o usuário tem acerca da Assistência Social, é necessário que ele entenda como parte de uma classe, ou seja, tenha a consciência de classe e que se manifeste enquanto tal e assim adquira conhecimento dos seus direitos e a forma como reivindicá-los.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALEIROS, V.P. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social. 2000, 44 e 45 p.

LAURELL, A.C. (ORG) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 244 p.

MESTRENER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001, 320p.

_____. **Assistência e Segurança Social: Oposições e Aproximações**. 1992, 264 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

PAUGAM, S. **O Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais** – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002, cap. 4. p 67 – 86.

PEREIRA, T.A. **Necessidades Humanas: Subsídios a Crítica dos Mínimos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2001, 215 p.

SANTOS, A.A. **Da Pobreza a recuperação das capacidades: Avaliação do Programa de Transferência de Renda de Londrina.** 2004, 212 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

SILVA, F.O. **História do Brasil: Colônia, Império, República.** São Paulo: Moderna, 1992, 315 p.

SPOSATI, A.O. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986, 112 p.

_____. **Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social no Brasil.** Serviço Social e Sociedade n. 68, 2001.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1993, 184 p.